

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Letícia Silva Batista

**DIÁLOGO ALÉM-MAR: O PADRÃO DO CONSUMO DE TECIDOS
NOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM DE VILA RICA EM RELAÇÃO
À PRODUÇÃO E CONSUMO TÊXTIL EUROPEIA (1760 – 1820)**

Mariana

2014

Letícia Silva Batista

**DIÁLOGO ALÉM-MAR: O PADRÃO DO CONSUMO DE TECIDOS
NOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM DE VILA RICA EM RELAÇÃO
À PRODUÇÃO E CONSUMO TÊXTIL EUROPEIA (1760 – 1820)**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Federal de Ouro Preto como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
História.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Silveira

Mariana

2014

AGRADECIMENTOS

O trabalho de conclusão de curso vai além da escrita de um projeto que durante anos você estudou e pesquisou. Por trás de limitadas páginas há pessoas que fizeram parte disso através do carinho, amor, compaixão e confiança que depositaram em mim.

A princípio agradeço as principais personagens que sempre estiveram comigo e permanecerão na minha caminhada profissional, Rosa Maria e José Edmilson, pais que sempre me incentivaram, apoiaram e estiveram comigo nos momentos difíceis e alegres da graduação, e Matheus, irmão que em São Paulo, cuidou, ajudou e fez companhia aos meus pais nesses anos de distância, o que me confortou em Mariana e incentivou a minha caminhada.

Não me esquecerei do dia em que meu pai disse que eu estava vindo para o melhor estado do país viver a melhor fase da minha vida. Para tamanha felicidade sacrifícios deveriam ser feitos, dentre eles, tê-los na distância. A saudade foi imensa e muitas vezes devastadora, mas, novamente,

o incentivo do outro lado do telefone era sempre forte e confiante. No mais, a gratidão por eles será eterna e não sabem o quanto essa monografia tem de vocês.

Aos amigos da turma do segundo semestre de 2009 (09.2) tenho muito a agradecer. Fizemos disciplinas, trabalhos e seminários que me ajudaram formar a historiadora que sou. Especialmente, a minha gratidão vai para José Gustavo, Ju e Polli. Foram os três melhores amigos que essa turma me proporcionou. Ao José Gustavo, ou melhor, ao Piracicaba, agradeço o constante sorriso que sempre me confortou e proporcionou risadas. À Ju agradeço o companheirismo, conselhos e por me ensinar a ser uma pessoa mais forte e determinada, como ela é e sempre será. À Polli a minha gratidão sem limites. Agradeço desde a companhia na nossa “casa de boneca”, no ICHS e em sala. A eles só tenho que dizer que todas as suas conquistas e vitórias são puro mérito devido à tamanha humildade, espiritualidade e companheirismo que possuem pelo próximo.

Como dito a distância nos faz deixar familiares nas nossas cidades natais, mas em Mariana tive a oportunidade de ter a minha família: a República K-xuêra. Casa constituída de mulheres fortes, lindas e amigas, que me receberam com o carinho de casa de mãe e a diversão de uma melhor amiga. À Luíza, Cris e Isabella agradeço por me receberem com alegria e carinho. À Magu, Borba, Priscila, Débora e às já mencionadas agradeço a convivência, as risadas e os almoços de domingos. Sem vocês não teria o conforto familiar que deixei para trás.

Durante a escrita da monografia algumas vezes tive crises e dúvidas. Ficava tomada pela angústia e me sentia culpada, mas nos corredores e cômodos da K-xú encontrava o conforto e o incentivo que jamais esquecerei. Cris, Maria e Debs, muito obrigada pela companhia nesse momento tão importante da minha caminhada. Outra pessoa, que merece muito a minha gratidão é Rosa Maria. Mãe que no telefone e nas minhas idas para casa sempre me colocou para cima e confiou no meu trabalho mesmo sem entendê-lo bem. Nunca me esquecerei dos seus conselhos iniciados com o clássico “não entendo muito sobre, mas...”.

Agradeço, também, aos amigos que fiz durante a graduação. Cada um no seu singular momento e à sua maneira foram, juntamente aos outros citados aqui, aqueles que me deram força nessa caminhada e difícil conquista. São vocês: Ceará, China, Mari, Aninha, Dalila, Lula, Baiano e Adriano. Obrigada pelas conversas, risadas, amizade e credibilidade que depositaram em mim.

Agradeço à UFOP, ao ICHS (pelo seu charme e delicadeza), e ao DEHIS. Aos mestres a minha gratidão eterna. Aos professores Angelo Alves Carrara, Marco Antonio Silveira e Fabiano Gomes agradeço a orientação e a credibilidade que a mim confiaram. Especialmente,

aos professores Álvaro Antunes, Celso Taveira e Virgínia Buarque agradeço o carinho e humildade que sempre tiveram comigo tanto em sala como nos corredores do Instituto. Destaco as palavras dos professores Celso Taveira e Virgínia que sempre me colocaram a pensar sobre a vida acadêmica, a história e meu papel como docente nesse mundo das coisas tão efêmeras e instantâneas.

O meu agradecimento vai também para a Rede de Oficina de Paleografia da UFOP. Nos últimos anos da graduação as atividades da oficina foram de suma importância para a minha formação docente e pelo amor que possuo pelos arquivos e leitura paleográfica. Agradeço Juliana, Lucas, Adriano, Elias e Daiane pela companhia, confiança e credibilidade. Que sigamos assim: com amor a nossa iniciativa e com a responsabilidade que sempre tivemos pelas nossas obrigações e paixões acadêmicas.

Agradeço, também, ao Arquivo da Casa do Pilar e às funcionárias Suely Perucce, Sara e Carmem que sempre foram atenciosas comigo durante a pesquisa no arquivo. Além disso, não posso me esquecer da pessoa que me ajudou muito no início com a leitura de documentos setecentistas, Tércio Veloso. Agradeço muito seus ensinamentos e sua paciência.

Tiveram aquelas pessoas que não conviveram comigo no meu dia a dia em Mariana, mas que estavam sempre no meu coração e na minha constante saudade. Jaque, Camila, Elvira, Janaina Jéssica, Boo e Fernanda não sabem o quanto me ajudaram nessa caminhada, pois quando eu as encontrava recarregava minha força para voltar e fazer o meu melhor na graduação.

A minha gratidão especial vai para Thaís Braga Gomes. Num momento da graduação a sua perda me deixou inquieta e insatisfeita em ficar tão longe das pessoas que amo. Foi difícil e revoltante perdê-la. Ao mesmo tempo, nesse emaranhado sentimento de perda, saudades e revolta, percebi que a sua despedida era a minha força motriz nessa caminhada. Hoje, Thata, entendo o que aconteceu e te levo sempre como inspiração e incentivo para a vida.

Em suma, são muitas as pessoas e enormes as gratidões. No mais, sigo em nome dos belos amigos e familiares que possuo e da paixão que tenho pela História.

RESUMO

A presente monografia pretende compreender o padrão de consumo de tecidos pela sociedade de Vila Rica dentre as décadas de 1760 e 1820 através dos Inventários Post-mortem do Primeiro e Segundo Ofício do Arquivo da Casa do Pilar, localizado em Ouro Preto. Proposta tal que surgiu a partir de uma vasta discussão historiográfica sobre as transformações sociais, econômicas e políticas na Europa setecentista. Dentre elas, a produção têxtil algodoeira inglesa e a renovação do conceito de moda na França atraí nossos olhares para o quanto se comunicavam e, além disso, para o quanto tinham a ver com o crescente mercado além-mar. A partir dessa constatação o intuito foi compreender Vila Rica à luz desse momento singular europeu e, paralelamente, compreender a realidade social e econômica dessa, afim de traçar comparações com o contexto de mudanças e transformações da Europa Moderna e a realidade econômica e social vilarriquenha no findar do século XVIII e início do XIX. Para tal, os inventários foram a fonte quista dessa pesquisa. Neles atentou-se sobre os bens têxteis arrolados a fim de compreender o que e como aquela sociedade consumia esse tipo de produto comparando-se com a produção inglesa e alguns parâmetros da moda francesa.

Palavras- chave: Vila Rica, Europa Moderna, Consumo.

ABSTRACT

This monograph aims to understand the pattern of tissue consumption by society of Vila Rica among the decades of 1760 and 1820 through Post-mortem inventories of the First and Second File of the Archive of Casa do Pilar, located in Ouro Preto. Proposal such that arose from a wide historiographic debate about the social, economic and political transformations in 18th century Europe. Among them, the English cotton textile production and renewal of the concept of fashion in France attracts our eyes to how communicated and, furthermore, to how much had to do with the growing market overseas. From this statement the aim was to understand Vila Rica in light of this singular moment and, at the same time, understand the social and economic reality of it, in order to draw comparisons with the context of changes and transformations of modern Europe and the economic and social reality of Vila Rica in the end of the 18th century and beginning of the 19th century. To this end, inventories were the winning source of this research. Then an attempt was made on the textile goods listed in order to understand what and how that society was using this type of product compared with the English production and some parameters of French fashion.

Keywords: Vila Rica, Modern Europe, Consumption

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela 1: Porcentagem de Inventários post-mortem que possuem tecidos arrolados	26
Tabela 2: Número de tecidos arrolados por ano.....	27
Tabela 3: Proporção de inventários post-mortem por gênero pra cada ano.....	33
Gráfico 1: Proporção de peças por gênero ao longo dos anos.....	34

SUMÁRIO

1	Introdução.....	07
2	Debate historiográfico: consumo de tecidos em vila rica (1760 – 1820)..	08
	2.1 Contexto setecentista: mudanças significativas na Europa moderna.....	08
	2.2 Vila Rica no contexto setecentista: sua importância frente ao mercado europeu, sua demanda e realidade social e econômica.....	15
3	Diálogo além-mar: o padrão do consumo de tecidos nos inventários post-mortem de vila rica em relação à produção e consumo têxtil europeia (1760 – 1820)	23
	3.1 Padrão de consumo de tecidos: Inventários post-mortem com fonte	23

3.2 Diálogo além-mar: o padrão do consumo de tecidos nos inventários post-mortem de Vila Rica em relação à produção e moda europeia (1760 – 1820)	28
3.3 Padrão de consumo de tecidos provenientes do algodão: possíveis analogias	29
3.4 Análise do consumo da indumentária em Vila Rica em relação à moda francesa.....	31
4 Considerações finais	36
Fontes	37
Referências Bibliográficas	40
Anexos.....	42

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por intuito o estudo sobre o padrão de consumo de tecidos pela sociedade de Vila Rica entre as décadas de 1760 a 1820 através dos inventários post-mortem da Casa do Pilar de Ouro Preto do 1º e 2º Ofício. A pretensão é abordar a variedade têxtil, formas, cores, dentre outros aspectos, que constam nos inventários quistos para pesquisa.

Pretensão tal que partimos da comparação entre o que encontramos arrolados nos inventários post-mortem de bens têxteis com uma vasta discussão sobre o consumo, produção e usos de modo geral pela Europa e suas colônias no século XVIII. Pois, o dito século marca as mudanças no que tange a maiores variedades e quantidades de materiais em circulação entre os oceanos e continentes. A produção aumenta, produtos diversos e novos circulam pelo mundo juntamente com as pessoas que levavam para as Américas, por exemplo, as novidades materiais da Europa.

Os tecidos, dentre outros produtos que fazem parte dessa mudança significativa, sem dúvidas, são (ou estão entre) aqueles que mais foram consumidos, procurados e aperfeiçoados ao longo dos setecentos. Veremos que a sua produção deixa a partir da segunda metade do século

XVIII de ser, num certo sentido, diminuta para dar força ao que a historiografia dita como a pré-revolução industrial. Juntamente a isso, na França, por exemplo, a indumentária parisiense transforma-se e assume um novo conceito de moda, que muito se parece com o conceito atual.

Ao pretender-se o estudo do consumo de tecidos pela sociedade de Vila Rica devemos compreender as suas singularidades econômicas e sociais em diálogo com as mudanças na produção, consumo e transformações sociais e econômicas da Europa moderna. Sabe-se que a demanda villaquina por esse tipo de produto era alto, bem como a pretensão ou foco da produção moderna setecentista é o mercado consumidor além-mar.

Portanto, compreender o consumo de produtos têxteis por Vila Rica em relação à renovada produção têxtil e novas formas indumentárias dos guarda-roupas europeus, tanto femininos quanto masculinos, é algo possível de investigação.

Foi o que se pretendeu através do que a historiografia dita sobre os tipos têxteis produzidos, os mercados, as trocas desses e a moda parisiense, pensar a sociedade de Vila Rica nesse contexto, lembrando sempre da sua específica realidade à época. Assim sendo, aqui, o padrão do consumo vilarriquenho em análise está em constante comunicação com a produção têxtil algodoeira britânica e a moda francesa no findar do século XVIII e início do século XIX.

2 DEBATE HISTORIOGRÁFICO: CONSUMO DE TECIDOS EM VILA RICA (1760 – 1820)

2.1 Contexto setecentista: mudanças significativas na Europa moderna

A pretensão em analisar a variedade têxtil de tal época parte não apenas da busca maciça de tecidos na fonte quista, mas também de uma vasta discussão sobre o consumo, produção e usos, de modo geral, no século XVIII pela Europa e suas colônias. O dito século marca as mudanças no que tange maiores variedades e quantidades de materiais em circulação entre os oceanos e continentes. A produção aumenta, produtos diversos e novos circulam pelo mundo, juntamente às pessoas, que levavam para as Américas, por exemplo, as novidades materiais da Europa.

Sem dúvidas os tecidos, dentre outros produtos que fazem parte dessa mudança significativa, são, ou estão entre, aqueles que mais foram consumidos, procurados e aperfeiçoados ao longo dos setecentos. Veremos que a sua produção deixa, a partir da segunda metade do século XVIII, de ser, num certo sentido, diminuta para dar força ao que a historiografia dita como a pré-revolução industrial.

Sobre tal discussão, Eric Hobsbawm, em sua obra “*As origens da Revolução Industrial*”, apresenta-nos um capítulo que trata especialmente do processo de industrialização da Inglaterra¹. O renomado autor denomina a segunda metade do século XVIII como o período pré-industrial inglês, no qual há investimentos do capital particular em indústrias de bens de consumo (particularmente os têxteis) e no mercado destes, que conseqüentemente impulsionam a revolução industrial inglesa, que terá seu auge no início do século XIX.

Esses investimentos partem de consenso de que o estímulo a uma indústria, como a têxtil,

produtora de bens de consumo amplamente difundidos, estandardizados razoavelmente para compradores pobres do que para ricos, fabricados com matérias-primas cuja demanda pode crescer sem aumentar excessivamente os custos e cujo transporte reflete pouco no preço (em tempos recentes tornou-se a assinalar a situação vantajosa da Grã-Bretanha no período pré-industrial, quando os transportes navieiros eram bastantes menos custosos do que os terrestres)(HOBSBAWM, 1979, p. 97).

Nesse contexto o principal tipo têxtil produzido e comercializado era a baeta, proveniente do algodão. Os motivos tais são que a indústria algodoeira na Grã-Bretanha neste período inicial da revolução industrial foi essencial². Esse tipo industrial monopolizou o mercado mundial, e excepcionalmente o mercado além-mar. A chamada “arrancada” têxtil proporcionou à indústria manufatureira do algodão impulso e, posteriormente, o processo industrial³.

À época era inegável que os investimentos na indústria têxtil tinham suas vantagens. O interesse do capital privado inglês justificava-se, sem dúvidas, pela demanda e, conseqüentemente, pelo lucro⁴. Isso é, produzir provém do interesse de consumir e vice-versa, uma relação íntima e antiga dentro dos contextos econômicos ao longo da história⁵.

¹ HOBSBAWM, Eric. “As origens da revolução industrial Britânica”. In. *As origens da revolução industrial*. São Paulo, Global Editora, 1979, p 97- 125.

²Dados oferecidos pelos estudos nos indicam que os produtos manufaturados provenientes do algodão simbolizam de 40 a 50% de todas as exportações britânicas durante a primeira metade do século XIX. E, a aceleração desta produção manufatureira inicia-se ainda da segunda metade do século XVIII, pois neste período o algodão como subproduto do comércio colonial ficava atrás apenas do tráfico negreiro e seus mercados de exportação foram até a década de 1760-1770, África e América. A exportação dos produtos algodoeiros manufaturados sofreu aumento de 900%, entre 1750 e 1770. Mais de 95% dessas vendas eram para mercados coloniais, como Irlanda, América e, principalmente, África. (ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Revolução industrial e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984; DAENE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Trad. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; HOBSBAWM, Eric. “As origens da revolução industrial Britânica”. In. *As origens da revolução industrial*. São Paulo, Global Editora, 1979, p 97-125.).

³Ibidem, p. 121 – 122.

Sobre tal concepção, temos a primeira vista que a economia consiste em duas enormes zonas: produção e consumo. “‘Uma sociedade’, escreveu Marx, ‘não pode parar de produzir, tal como não pode parar de consumir’. Verdade banal” (BRAUDEL, 1996, p. 11). Mas, para Fernand Braudel à concepção acima citada agrega-se outra zona: a troca (ou, economia de mercado). Para tal autor esta dentro da economia e na relação com as demais zonas é “vivaz como um rio” (BRAUDEL, 1996, p. 11)⁶. Especificamente sobre a conceituação de troca como zona econômica, atenta-nos sobre o cuidado em distinguirmos “circulação” de “troca”. A primeira abarca muito mais coisas (câmbios, créditos e mercado), assim sendo, vai além do sentido da “troca”⁷.

Interessado em trazer essa como uma parte vivaz do mundo econômico europeu durante os séculos XV e XVIII, Braudel apresenta-nos algumas engrenagens da troca nesse período. As ditas são divididas em duas caracterizações, as engrenagens inferiores e superiores. As primeiras são, respectivamente, no decorrer dos séculos as feiras, as lojas e os mascates⁸.

As engrenagens superiores da troca são a partir do século XVIII, onde nos atentamos mais, os “instrumentos do grande negócio” que se multiplicam e se diversificam nesse momento. Na vida

4 Sobre a produção têxtil inglesa no momento estudado Phyllis Deane afirma: “Enquanto isso, também havia pressão do lado da procura. Houve acentuada melhoria no mercado exterior de artigos manufaturados de algodão na década de 1750 (em grande parte devido às dificuldades da Companhia das Índias Orientais em manter o suprimento originário da Índia) e isso continuou através de 1760, à medida que os mercados continentais se desenvolviam. Ao mesmo tempo, a população e as rendas internas da Grã-Bretanha estavam em expansão, e pode-se admitir que a procura interna acompanhasse tal expansão” (DAENE, 1982, p. 113).

5 BRAUDEL, F. “Os instrumentos de troca”. In. *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII: Os jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 11; ROCHE, Daniel. Vestuário e Aparência. In. *História das coisas banais: Nascimento do consumo século XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 12.

6 Em defesa da troca como zona vivaz na relação com consumo e produção, Braudel a afirma como a gênese do capitalismo, pois, tal “é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo” (BRAUDEL, 1996, p. 12). Numa explicação sucinta e breve: “inicia-se o mercado pelo excedente do que era produzido pelos homens, ao longo do tempo, toma proporções maiores e dá origem a uma sociedade de mercado generalizado” (BRAUDEL, 1996, p. 12).

7 BRAUDEL, F. “Os instrumentos de troca”. In. *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII: Os jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

8 Sobre os mascates defende: “são mercadores, quase sempre miseráveis, que ‘levam no pescoço’, ou muito simplesmente nas costas, parcas mercadorias. Nem por isso deixam de construir uma massa de manobra apreciável nas trocas” (BRAUDEL, 1996, p. 58).

mercantil, as bolsas e as feiras não deixam de existir dentro desta sociedade, contudo, um declínio das segundas é perceptível aos olhos do autor, no qual o motivo é o mercado mercantil externo. Pois, o setecentos é marcado pelas medidas governamentais que visam lucro com o mercado estrangeiro, no qual vendem suas manufaturas e importam as matérias primas destes lugares remotos e distantes. Assim sendo, os produtos não mais passam pelas feiras, mas vão direto dos produtores aos consumidores além-mar.

E enfatiza: “é inegável, porém, que com o século XVIII, sobretudo nas ativas regiões do Norte ligadas aos tráficos do Atlântico, o comércio por atacado adquire um desenvolvimento até então nunca visto” (BRAUDEL, 1996, p. 77). Nitidamente, a Europa das feiras torna-se a Europa dos entrepostos e dos armazéns, local onde concentrará a vida mercantil⁹. Foram diversas engrenagens da troca apresentadas e estas descritas com propriedade por Braudel, mas, é impossível defini-las em lugares exatos da vida econômica europeia moderna.

Mesmo assim, percebem-se no século XVIII mudanças significativas no que tange ao modo de produção e de mercado dos bens materiais, e ainda, esses cada vez mais quistos pelas sociedades ocidentais. A troca de mercadorias e a produção manufatureira ganham proporções além-mar. Especialmente sobre os tecidos, vimos que a produção inglesa investe em nome do mercado consumidor colonial somado a outros fatores que interagem a este. Mais ainda, no findar do século XVIII nasce uma nova e curiosa força-motriz para esse aperfeiçoamento da produção têxtil: a resignificação da moda francesa.

Atentarmos acerca dessa é válido para compreendermos esse contexto de mudanças significativas. A moda ganha nova conceituação na França setecentista, o que antes a determinava como parte da caracterização de grupos sociais pelos modos de vestir-se, no findar do século XVIII e, principalmente, no século XIX, a moda conceitua-se individualista e marcada pelas mudanças políticas e sociais que sofreram os países modernos:

⁹“O entreposto, instrumento melhorado, forçosamente existia havia muito, sob formas diferentes, modestas, mistas, pois correspondia a necessidades desde sempre evidentes, na realidade, a fraquezas da economia. O que obriga a armazenar é o ciclo demasiado longo da produção e da vida mercantil, a lentidão das viagens e das informações, os imprevistos sob mercados distantes, a irregularidade da produção, o jogo ingrato das estações... Aliás, isso está aprovado, uma vez que, a partir do momento em que se acelerar a velocidade e aumentar o volume dos transportes, no século XIX, a partir do momento em que a produção se concentrar em fábricas poderosas, o velho comércio de entreposto deverá modificar-se consideravelmente, por vezes totalmente, e desaparecer” (BRAUDEL, 1996, p. 79).

o século XVIII marcou o início de uma nova etapa para a moda, que forma um contínuo com os dias de hoje. A maioria dos teóricos da moda considera seu surgimento como fenômeno histórico no fim da Idade Média. Desde então, ela está relacionada com a vontade de individualizar-se através das aparências. **Talvez o primeiro momento em que isso se manifesta de forma evidente seja o século XVIII: nesse período, o desejo de individualização já não é percebido apenas nas representações visuais da arte, mas clama pela criação de imagens próprias, as gravuras de moda. Além disso, nessa época, as mudanças na moda tornam-se mais velozes e mais acessíveis.** (LIMA, 2012, p. 3)[Grifo meu]

Em artigo intitulado *Jogo de Imagens: a relação entre a arte e a moda da França do século XVIII*¹⁰, Laura F. Lima defende que a construção de uma nova concepção da moda advém posteriormente à morte de Luis XIV, em 1715. Simbolicamente, o falecimento do monarca trouxe o fim à exuberância monarquista e absoluta, pois até esse episódio, a sociedade francesa tinha o chamado Rei-Sol como inspiração máxima em questões sobre estilo. Desde então, artística e visualmente, vê-se o fim dos gostos exuberantes e grandiosos em favor dos apreços mais singelos, simples e individuais.

Para a dita autora o setecentos é o século da promoção da moda como ela é atualmente, e à época essa mudança é justificada por dois importantes lugares sociais: a corte e a cidade¹¹. Foram esses dois meios que exaltaram o prazer e a felicidades, no qual “os indivíduos adquiriram as novidades graças às facilidades materiais” (LIMA, 2012, p. 5).

Em outra perspectiva, Daniel Roche em *A cultura das Aparências: Uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*¹², dita que um dos fatores mais importantes dessa ressignificação da moda era de ordem econômica: a existência de uma indústria de roupa de luxo em Paris, tradicional, de clientela fixa e interessada. Mas, essa sempre em constante renovação e frequentemente substituída.

¹⁰ LIMA, Laura Ferraza de. “Jogo de Imagens: a relação entre a arte e a moda na França do século XVIII”. Revista Cantareira. Rio de Janeiro, v. n162, p. 2 – 13, jan-jun., 2012.

¹¹As cidades são na virada do século XVII para o XVIII o local de maior efervescência social e econômica. Nos centros urbanos a população camponesa encontrava seu novo lugar de morada e convivência. Para Daniel Roche percebe-se no início dos setecentos uma complexificação civil urbana, devido a ascensão de grupos intermediários e a movimentação do campo para a cidade. Ao decorrer do século XVIII percebe-se que ao campo também era levado a nova conceituação de moda, na qual o camponês ganha maiores condições e “a roupa comum não bastava mais para o domingo e para as festa” (ROCHE, 2000, p. 272).

¹² ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: Uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

Ainda nesse contexto, vem à tona uma personagem bastante significativa, que também se enquadra perfeitamente nesse momento de transformações: a mulher. As mulheres chegam a aderir em seus guarda-roupas as peças mais variadas e de novos tipos têxteis. Segundo François Boucher:

árbitro do bom gosto e da conversação geniosa, a mulher assume um papel cada vez mais importante na sociedade. Ao contrário do traje masculino, cujas linhas principais deixam de evoluir no início do século XVIII, a indumentária feminina se diversifica, principalmente ao longo da segunda metade do século. (BOUCHER, 2009, *apud* LIMA, 2012, p.08).

As mulheres assumem posições, num certo sentido, nunca antes quistas ou deixadas a elas. A relação dessas com as mudanças indumentárias nesse momento se comunicam com as transformações econômicas. Sobre tal relação,

trata-se do surgimento de um grupo chamado *marchands de modes*, ou seja, negociantes de modas – sendo que a maioria desses profissionais eram mulheres. A profissão surgiu no final daquele século, integrando uma ampla mudança no mercado parisiense de vestuário. **Na época, houve um aumento na produção de tecidos, ao mesmo tempo em que as consumidoras passavam a buscar mais variedade.** Em 1776, o governo francês permitiu que os *marchands de modes* criassem sua própria guilda – uma corporação predominantemente feminina. Rose Bertin, a famosa costureira de Maria Antonieta, era a mais próspera representante desse grupo, possuindo negócios no exterior. (LIMA, 2012, p. 08). [Grifo meu]

Evidente que as transformações não são datadas e não convencem ou efetivam-se de uma hora para outra. A moda é o emaranhado das tendências que já foram lançadas, das novas ideias e futuras, e, mais que tudo, enquadrada em específicos contextos históricos. Assim, vale compreender o que estava em voga na sociedade francesa do Antigo Regime e dentre outras antes da reformulação da concepção sobre o modo de vestir-se.

Nessas sociedades de Antigo Regime a roupa apontava duas questões ambíguas. Enquanto demonstrava uma sociedade estacionária, em que cada um ocupava uma classe e

deveria consumir de acordo com a sua posição social¹³, também caracterizava uma sociedade da moda, da busca pela distinção, ascensão e individualização.

Há duas categorias fundamentais que nos ajudam entender o que a moda significava nessas sociedades. A primeira categoria é “vestir”, que significa o ato pessoal de se vestir que o indivíduo apropria do que foi proposto pelo grupo. A segunda é “vestimenta” ou indumentária, que já é o ato social e histórico como um elemento de um sistema formal, normativo e sancionado por camadas que representam o poder¹⁴. A moda, de modo geral, encontra-se exatamente no entrelaçamento entre essas duas categorias,

do **fato de vestir**, que **um indivíduo pode lançar e generalizar no sistema indumentário**, em que ela se torna propriedade de comum, como o **fato de vestimenta**, generalizada numa **maneira de vestir e reproduzida em escala coletiva**, na alta-costura, por exemplo.(ROCHE, 2007, p. 59) [Grifo meu]

Determinando os dois conceitos fundamentais à moda, compreendemos o quão complexo é a realidade da vestimenta na França seiscentista e setecentista. A moda sempre significa a tensão entre o individual e coletivo, que acentuava as mudanças sobre o modo de vestir-se. Portanto, a moda quando estudada nessas sociedades revela o quanto eram menos legíveis e tinham uma hierarquia de valores complexa. E ainda, as indumentárias codificam, “mas sem determinismo absoluto, pois, às vezes, usurpações de sinais confundiam as respostas às perguntas que podiam aparecer” (ROCHE, 2000, p 259).

Ao findar do século XVIII, além da moda ser a resposta dessa tensão, e tal fazer parte dessa sociedade há tempos, outros fatores, como explanados acima, determinaram a ressignificação da moda, que desde então assumia esse caráter efêmero, veloz e, mais do que nunca, individualista ao extremo.

¹³As leis suntuárias ditavam esse modo de vestir social. Essa era uma codificação dos trajes de acordo com as hierarquias sociais. Do século XVI ao XVIII os discursos trazem o conformismo indumentário na escolha das cores, tipos de tecidos e dos ornamentos a cada classe e estado social. “Julgar os indivíduos pelas aparências trazia a obrigação de ensinar e de aprender a **maneira legítima de vesti-los** para dar de si uma **justa e boa ideia que correspondesse à realidade do ser** (ROCHE, 2000, p. 267)”. Em suma, é do homem aquilo é apenas dele, sinteticamente era o que as leis suntuárias evocavam. A ideia da legitimidade da vestimenta à justa e a realidade do ser é a ilustração disto. “A indumentária era regrada pela moderação, em que cada um podia encontrar o que convinha à sua condição (ROCHE, Daniel. Vestuário e Aparência. In. *História das coisas banais: Nascimento do consumo século XVII –XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p 268)”. [Grifo meu]

¹⁴ “A moda reside sem dúvida no encontro entre os gostos dos franceses e a autoridade daqueles que os franceses admiram” (MONTAIGNE, 1950, *apud* ROCHE, 2007, p. 61).

Em suma, acerca da moda nesse contexto, Daniel Roche a dita a amante da civilização moderna Ocidental, pois sempre estimulou o comércio e incentivou mudanças. A moda “é a melhor das farsas, da qual ninguém ri, pois todos a representamos”¹⁵. Roche questiona sobre tal afirmação e atesta que existem muitos ausentes neste espetáculo: as pessoas de poucas posses, os pobres.

Lembrando-se disso, chama atenção para o estudo da indumentária setecentista a partir de outro objeto, além da moda, a roupa. Pois, é “o termo que melhor convém a uma história social e cultural das aparências, numa época em que as práticas, como os estatutos sociais, estavam em ebulição” (ROCHE, 2007, p. 20).

A roupa como objeto para a história social é de grande importância no que tange a pesquisa sobre sociedade, economia e costumes. Traz a junção entre a história material e a história dos comportamentos sociais em aglomerados urbanos aos longos dos séculos. Acentua permanências e mudanças dessas sociedades em crescente transformação. A roupa como objeto de pesquisa revela tais e proporciona conhecimentos mais abrangentes e variados da sociedade moderna setecentista, como de períodos anteriores e posteriores.

A partir do que foi exposto percebe-se que são distintas as concepções acerca das mudanças diversas que se percebe no fim do século XVIII e início do XIX. Destacar a produção têxtil algodoeira inglesa e a moda francesa é artífice para compreender o que estava em voga nos pensamentos, necessidades, usos e cotidianos das sociedades modernas europeias e suas colônias.

Especialmente em Portugal e, por conseguinte, na América Portuguesa, por exemplo, a moda francesa era seguida pelos membros das cortes. As formas de vestimentas ditadas na França setecentista eram influências máximas no modo de vestir português e, possivelmente, das suas colônias. Como também, o quão influente era a relação da Inglaterra sobre Portugal a respeito das atividades políticas e econômicas. A exemplo, para Virgílio N. Pinto, se não fosse a Inglaterra, Portugal não teria nem o que comer e nem o que vestir¹⁶.

15 SUARÉS, *apud* ROCHE, 2007, p 20.

16 “Se para Inglaterra o comércio com Portugal era importante, para Portugal as relações comerciais com a Inglaterra eram vitais (PINTO, 1979, p 259)”. Virgílio Noya Pinto em análise do ouro brasileiro na relação ao comércio anglo-português, trata as relações de Portugal com a Inglaterra através das análises de importações e exportações entre essas localidades. Nota-se o quão Portugal necessita ao longo do setecentos tanto do consumo dos produtos manufatureiros ingleses, quanto vender os seus vinhos, produto de grande valia para o comércio português, principalmente com a Inglaterra. (PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979).

Pretende-se destacar com o trabalho dois contextos singulares que muito se comunicaram entre si e dentre outros vários aspectos. A historiografia nos ajuda problematizar que a moda francesa advém da compreensão da diversificação do modo de produção têxtil inglês, das trocas mercantis, das mudanças de pensamentos, da individualização e liberdade dos homens, do enriquecimento e acesso ao consumo por classes sociais nunca antes possibilidades, entre outros setores.

Importante salientar o quanto o século XVIII foi peculiar em relação às mudanças significativas que levaram as sociedades modernas nos seguintes anos a transformações importantes na política, na sociedade e na economia. E mais, o quanto essas sociedades comunicaram e trocaram experiências culturais e materiais.

2.2 Vila Rica no contexto setecentista: sua importância frente ao mercado europeu, sua demanda e realidade social e econômica

Para esse estudo, compreender a forma em que a produção e o consumo têxtil estavam em voga nas sociedades modernas é parte integrante da própria compreensão da realidade das colônias. Tais são lugares geograficamente distantes desses polos consumidores e produtores, mas que possuem significância nesse contexto.

Como dito, o mercado além-mar floresce no século XVIII e ao decorrer das décadas marca o dito século. As produções tem um novo mercado consumidor, que inclusive é a pulsão dessa refinada e renovada produção e consumo têxtil. Portanto, o além-mar foi parte integrante dessas novas conceituações econômicas, sociais e políticas à época.

Assim sendo, o estudo do consumo de tecidos através dos inventários post-mortem em Vila Rica setecentista e oitocentista nos permite possível compreensão desse contexto “mundo” das sociedades modernas, e a sua realidade, com o intuito de traçar paralelos e distinções entre esses dois lugares.

A sociedade vilarriquenha configura-se ao longo do século XVIII, essencialmente, através da economia do ouro. Essa é, sem dúvidas, a economia destaque dessa sociedade nos setecentos. Desde as suas primeiras décadas, quando as notícias da descoberta do ouro

chegaram aos ouvidos da Europa, ganharam espaço nas discussões e interesses diversos no continente europeu.

Assim sendo, Vila Rica tornou-se notícia e ascendeu na Europa grande euforia para conhecer localidade tão rica e próspera. A busca pelo ouro foi intensa, pois, acima de tudo, a vontade era enriquecer em solos mineiros para voltar às terras européias em condições sociais mais cômodas e importantes.

A busca levou diversos homens guiados pela ganância de enriquecer. Seja os que lá foram extrair jazidas auríferas e outras pedras preciosas, ou aqueles que foram vender, comercializar com essa sociedade que tinha em suas mãos o ouro¹⁷, um dos mais importantes equivalentes universal de troca.¹⁸ Minas Gerais, nesse contexto, possuía motivos diversos, além do ouro, para que o comércio interno e externo à colônia interessasse por essa sociedade.

Para Júnia Furtado¹⁹ e outros pesquisadores, as Minas eram um mercado atrativo para o comércio devido aos altos preços das mercadorias. Essa característica era justificada pela distância da Capitania, pelas dificuldades de transporte, pelos inúmeros intermediários, sem contar a cobrança de vários impostos²⁰.

Já para Mafalda P. Zemella, a Capitania de Minas Gerais como núcleo populacional denso, de alto poder aquisitivo e no sertão brasileiro “provocou uma verdadeira efervescência econômica” (ZEMELLA, 1951, p. 21) na Europa desse contexto. Os motivos para tal efervescência, para a autora, eram percebidos pelo nascimento de várias correntes abastecedoras que partiam de vilas, cidades e do sertão do Brasil em direção às Minas Gerais.

Contudo, não foi somente o comércio brasileiro que foi afetado pela necessidade mineira de ser abastecida, mas também as praças europeias, especialmente as de Portugal e as

17 Sobre o ouro nesta sociedade: “De fato, em Minas o ouro parecia só para isto ter vindo ao mundo: circular como moeda, como realização pura, perfeita do capital mercantil” (CARRARA, 2010, p. 7). “O ouro era a moeda corrente no mercado mineiro” (CHAVES, 1995, *apud* FURTADO, 1999, p. 198).

18 FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios. A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 198.

19 FURTADO, Op. Cit., p

20 Para Furtado, a política tributária sobre as Minas era sobre os gêneros produzidos e comercializados com essa. Tal política era vasta e caracterizada nesta região pela mult tributação por inúmeros pretextos. Assim, elevam-se os preços finais das mercadorias que ali comercializadas, mas mesmo assim o comércio era rentável.

da Inglaterra. Dessa maneira, Minas Gerais setecentista parte da órbita da História da Civilização brasileira para tornar-se um capítulo da História Econômica Moderna²¹.

A cerca dessas redes de abastecimentos das Minas, em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, Beatriz Ricardina Magalhães²² acredita que pela Capitania possuir a maior concentração demográfica à época tinha, portanto, uma considerável e importante demanda. Pois,

essa população variada e crescente necessita de produtos inexistentes no local, o que determina, a princípio, a articulação com outras áreas, outros mercados, e, num segundo momento, promove o cultivo de certos artigos no local ou nas proximidades, de tal forma que a zona mais populosa do país passa a ser também a de maior circulação de bens (MAGALHÃES, 1987, p. 159).

Beatriz Ricardina Magalhães nos traz o que ela dita como a “demanda do trivial” da sociedade vilarriquenha entre o período de 1740 a 1770. São três demandas fundamentais: a alimentação, habitação e vestuário. Sobre as três, discorre os motivos pelos quais as elegeram a partir da análise de inventários post-mortem da Casa do Pilar em Ouro Preto no período dito. Desse estudo o que nos importa é o que a autora afirma sobre os vestuários.

Para tal, o vestuário veio para Minas não como um objeto de necessidade ao indivíduo, mas para agregar a esse fator o luxo, a moda, o clima, os preços de custo, hierarquia social dentre outros. Nota-se assim que estas sociedades bem como as europeias tinham no vestuário toda uma significação que perpassavam motivos variados e que ditavam o seu consumo.

Sobre como se configura o consumo de Vila Rica nesse período, Mafalda P. Zemela, em dita tese de doutoramento, afirma que o consumo na Capitania de Minas Gerais variou no tempo em função a quatro fatores, sendo eles: o número de consumidores (isto é, o povoamento), a produção nas Minas, a sistematização das correntes abastecedoras e o aparecimento dos núcleos locais de produção. Fatores tais que agiram conjuntamente, atuaram dentro dos demais e que dessa interação, determinaram as características do consumo mineiro.

Já para Virgílio Noya Pinto o consumo das minas justifica-se, em relação aos produtos importados, por que

21 ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, USP, 1951. P 21 (tese de doutorado).

22 MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A Demanda do Trivial: Vestuário, Alimentação e Habitação. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, nº 65,153-199, jul.1987.

na ausência de uma manufatura local, ele(**mineiro**) é obrigado a adquirir mercadorias importadas, pagando-as com o fruto do seu labor nas Minas. Eis o momento que se percebe todo o peso da economia colonial (PINTO, 1979, p. 227). [Grifo meu]

Em suma, as especificidades das Minas em relação ao seu consumo advêm da sua singularidade social e econômica. Em exemplo, o ouro chamou atenção de lugares e pessoas de diversas localidades e o consumo dessa sociedade configurou-se através das mudanças sofridas ao longo do século, como o auge, a decadência do povoamento e as mudanças das atividades econômicas.

Portanto, as minas setecentistas possuíam singularidades que a caracterizam e definiam as suas demandas. Por fatores diversos, aos territórios vilarriquenhos eram enviados os mais distintos produtos, por justificativas já ditas. A chegada desses advêm de longos caminhos e entrepostos. Nesse contexto, Rio de Janeiro é o destaque. Zemella afirma que depois da abertura do “Caminho Novo”, região alguma pôde disputar com o Rio o desempenho do papel de “boca das Minas”.

Pois, “além dos produtos usuais da terra (açúcar, aguardente, gado, feijão, arroz, farinha, etc.) o Rio de Janeiro enviava às Minas Gerais artigos importados de além-mar: vidros, espelhos, sedas, damasco, pelúcia, baixelas, vinhos, azeites, armas, pólvora, sal, furo, etc...” (ZEMELLA, 1951, p. 63). Em meados do século XVIII, o Rio de Janeiro possuía o comércio exterior mais volumoso que qualquer outro porto da colônia americana portuguesa.

Acerca do consumo de produtos importados, há outra perspectiva que justifica tal demanda. Essa, dita por alguns pesquisadores, é a diminuta produção manufatureira de Portugal²³. O reino não tinha recursos para alimentar e vestir os reinóis, muito menos as suas colônias²⁴.

Portanto, a Inglaterra, como mencionado, posiciona-se de maneira importante nessa demanda portuguesa e, até mesmo, mineira. Afinal, as Minas clamavam produtos importados

23 “A manufatura portuguesa, desprovida de potencialidade e desparelhada para satisfazer às novas solicitações do comércio, obrigou Portugal a importar cada vez mais. Foi justamente na Inglaterra onde encontrou, além das grandes facilidades de crédito, a gama de produtos que necessitava para atender às solicitações comerciais de seu império” (PINTO, 1779, p. 259).

24 “Dentre as nações europeias, a que mais fornecimento fez ao Brasil, em geral, e às minas, em particular, foi a Inglaterra. Sem o fornecimento inglês, faltava não só no Brasil, mas também a Portugal, o que comer e o que vestir” (ZEMELLA, 1951, p. 83).

e Portugal não tinha suporte e competência para o envio, assim, da Inglaterra iam os produtos, principalmente os têxteis, muito quistos ao longo do setecentos por Vila Rica.

Compreender essa relação entre Portugal, Inglaterra e a Capitania de Minas Gerais é conscientizar-se sobre o monopólio do comércio das Minas exterior com Portugal. Motivo tal

em virtude do monopólio comercial realizado através de Companhias Privilegiadas, as grandes praças abastecedoras das Gerais, na Europa, eram Lisboa, Viana, Porto e etc (...). Entretanto, como era diminuta a produção portuguesa de manufaturas, Portugal funcionava mais como entreposto das outras praças europeias do que como produtos. **Era legalmente o ponto de passagem obrigatória de mercadorias de todos as procedências, destinadas ao Brasil.** (ZEMELLA, 1951, p. 82). [Grifo meu]

Contudo, “a ambição de seus mercadores (os ingleses) levou-os a procurar maior proximidade do importante mercado de consumo que era a Capitania das Minas Gerais” (ZEMELLA, 1951, p. 85) [Grifo meu]. A entrada ilegal de produtos ingleses nos portos da Bahia e do Rio de Janeiro tornou-se um negócio vantajoso tanto para os ingleses quanto para os colonos. Afinal, os produtos não sofriam a tributação portuguesa e chegava à região das Minas com valores mais baixos²⁵.

Sobre o consumo vilarriquenho devemos sempre lembrar que era singular as suas realidades sociais e econômicas. Contudo, a realidade econômica deve ser analisada ao longo dos setecentos e oitocentos. Economicamente, Vila Rica ao longo dos setecentos sofreu mudanças significativas, e também permanências.

A economia do ouro foi aquela que deu destaque e sustentou Vila Rica por décadas. A partir das extrações auríferas a sociedade vilarriquenha formou-se e assumiu características sociais particulares. Uma historiografia tradicional afirma que o ouro para as Minas foi uma engrenagem.

Enquanto dos solos mineiros o minério era extraído, a sociedade viveu tranquila e em constante progresso em relação, principalmente, à demografia. Ao findar do século, a extração do ouro em processo de decadência influenciou a queda dessa sociedade. Consequentemente,

²⁵Zemella enfatiza: “A entrada de produtos britânicos nos portos brasileiros que serviam às minas, tomou feição escandalosa, pelo número de navios empregados nesse comércio, pela publicidade com que se efetuavam os negócios e pela cumplicidade de Governadores e funcionários das Alfândegas” (ZEMELLA, 1951, p. 86). A exemplo: “Em 1794, o Juiz de Fora do Rio de Janeiro, denunciando esse intercâmbio ilegal, declara que nos quinze meses que antecederam sua denuncia, nada menos de trinta e nove embarcações estrangeiras, na maioria inglesas, carregadas de mercadorias, haviam aportado ao Rio de Janeiro. Tal contrabando era feito as escancaras, sob as vistas das autoridade e, muitas vezes com sua cumplicidade” (ZEMELLA, 1951, p. 143)

essa não mais consumiria como antes e a sua população se viu obrigada a sair das áreas de extração aurífera e ir ao sentido sul da Capitania para ganhar os seus sustentos através da pecuária e agricultura²⁶.

Evidente que os reflexos da queda da extração do ouro foram sentidos em Vila Rica. O número de homens que ali viviam da extração teve que adaptar a outra atividade rentável e que pudesse sustentá-lo. Mas, o que nas últimas décadas vem sendo defendido pela historiografia é a negação dessa posição tão extremista sobre a decadência, principalmente a ideia de declínio ou estagnação dessa sociedade ao fim do século XVIII. Levantam-se a ideia de que esta sociedade desde seus princípios, mesmo guinada pela economia aurífera, possuía variáveis atividades econômicas que caminhavam lado a lado com a mais quista e, até então, a mais próspera dessa sociedade.

Em trabalho intitulado “*Perfeitos comerciantes: mercadores nas Minas Setecentista*”, Claudia Chaves defende que²⁷:

em Minas Gerais, durante o século XVIII, temos uma sociedade constituída em torno de uma atividade mercantil exportadora, a mineração. Esta definiu a forma de povoamento e colonização, mas foi através da atividade agrícola e comercial que a sociedade mineira do Setecentos se consolidou (CHAVES, 1999, p. 65)

A autora nos atenta ao olhar mais crítico sobre a economia mineira. Ignorar a economia aurífera como aquela que de fato atraiu os olhares do mundo para a região de Vila Rica, em especial no setecentos, não nos cabe. Mas, devemos acreditar que economias paralelas a essa, como a agrária, pecuária e comercial, são de suma importância para a constituição dessa sociedade à época.

Notadamente, quando a economia aurífera entrou em crise ocorreu, segundo Maria C. Almeida, “um rearranjo interno de atividade principal²⁸”, a economia do ouro não mais tão

²⁶Como a ideia era comum a historiografia sintetizada nas palavras de Mafalda P. Zemala: “Enquanto houve ouro e diamante jorrando aos borbotões das lavras férteis, exigente foi o habitante das Gerais... Mas, quando o rendimento das minas começou a decair, na segunda metade do século XVIII, paralelamente, o consumo começou a decrescer.” (ZEMELLA, 1951, p. 185).

²⁷ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. “Perfeitos comerciantes”: Mercadores nas Minas Setecentistas. São Paulo, Annablume, 1999. p. 65.

²⁸ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. “Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização”. LPH: Revista de História. Departamento de História da UFOP. Mariana, n.5, 1995.

valiosa permitiu que essas outras economias garantissem as demandas dessas sociedades e tornaram-se núcleos da economia de Minas Gerais. Portanto, os usos do termo “declínio” ou “estagnação” para a sociedade mineira não cabem para defini-la economicamente no findar do século XVIII.

No mesmo sentido que a autora, Angelo Alves Carrara²⁹ acredita que mesmo com a decadência aurífera a sociedade mineira não sofreu grandes prejuízos, afinal, desde o início a região de Vila Rica possuía, paralelamente à economia aurífera, as economias agrícola e mercantil. Ou seja, Vila Rica possuía uma economia heterogênea e mesmo em decadência de uma a outras sustentaram essa sociedade.

São economias que proporcionaram a Vila Rica consumos variados, principalmente de tecidos, ao longo do século XVIII e XIX. Nesse projeto, para a defesa do consumo têxtil no findar do século XVIII e no nascente século XIX, é de suma importância compreender os modos e os meios que essa sociedade podia pagar por peças tão quistas.

Além dessas variadas atividades econômicas ao longo dos setecentos e oitocentos, devemos nos atentar a uma prática muito particular a essa região: a prática creditícia. A importância dessa para esse estudo é que para o momento particular mineiro de reestruturação econômica ela nos ajuda justificar o consumo de tecidos importados no recorte temporal proposto.

Em sua dissertação de mestrado defendida em 2005³⁰, Raphael Freitas Santos afirma que nas Minas Gerais setecentista desenvolveram-se as mais variadas práticas creditícias, “como a venda a crédito, a cessão de dívidas, as coações, os empréstimos a juros, os empenhos a algumas formas paliadas de usura; em que tais práticas estavam ancoradas em conhecimentos pessoais e baseadas na confiança que advinha desse mesmo conhecimento”³¹.

29 CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais*. Juiz de Fora. Ed da UFJF, 2007.

30 SANTOS, Raphael F. “Devo que pagarei: Sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas (1713-1773)”. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFMG, 2005, p. 122-144. Op. Cit. CARRARA, Angelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Ed. Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010, p. 71 – 89.

31 SANTOS, Raphael Freitas. “O ouro e a palavra: endividamento e prática creditícia na economia mineira setecentista”. In. CARRARA, Angelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Ed. Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

A abrangência das práticas creditícias nas Minas, durante o século XVIII, devia-se ao fato de que o lastro principal da dívida não era por bens materiais, mas pela confiança. Em outras palavras, o acesso ao crédito permeado não era pela variável de ordem econômica, mas sim pela ordem social.

Na mesma perspectiva, Maximiliano M. Menz, em artigo intitulado *O crédito e a economia colonial*³², acredita que a partir do estudo do comércio setecentista na região das Minas fica evidente a importância das práticas de crédito e sua estima é notadamente uma fonte de compreensão do cotidiano da economia mercantil no sistema colonial português.

Para o mesmo, estudar o comércio mineiro setecentista requer o estudo desse tipo de prática, já que as fontes a retomam. Em suma, para Menz, na Idade Moderna, a reabertura do comércio de longa distância propiciou formas mais complexas de pagamento, como é o caso das letras de câmbio e de risco, sobre os quais os letrados e teólogos foram obrigados dotar tais práticas de juízos morais, exatamente por possuírem altas taxas de juros.

É importante entender essa supervalorização e a presença da prática creditícia na região das Minas Gerais durante o século XVIII como apontam os autores citados. Para este estudo o sistema de crédito teve como grande aliado o financiamento do consumo de tecidos importados, por exemplo. Pois, na falta de um produto de troca, como o ouro, os contratos de créditos feitos no papel, e até mesmo pela palavra, podiam garantir à sociedade de Vila Rica da segunda metade do século XVIII a demanda e consumo de produtos mais caros.

Mafalda P. Zemella, em trabalho já citado, espanta-se com o abuso das práticas creditícias dos mineiros à época, pois uma sociedade na qual a economia de grande valia era a aurífera seria contraditória uma prática pautada no acordo e pagamento, quando ocorresse tardio.

O espanto de Zemella é compreensível dentro do contexto do auge da economia aurífera, afinal uma sociedade que tinha como pagar os produtos que consumia através de uma pedra preciosa não dependeria de contratos de créditos como garantia deste consumo.

Contudo, como muito já apontou a historiografia, o ouro como moeda sempre foi escasso. Esse material na maioria das vezes era exportado e pouco ficava para trocas mercantis. Para além disso, é fundamental encarar a prática creditícia como um elemento

32 MENZ, Maximiliano M. "Crédito e a economia colonial". In. CARRARA, Angelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Ed. Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

singular nesse contexto. Sejam quais foram os motivos do uso delas, os contratos pautados na palavra, e alguns nos documentos cartorários, eram cotidianos à sociedade vilariquenha³³.

Em suma, como pretendido, a análise e conhecimento das características das sociedades modernas europeias vem como ferramenta ou justificativa para o estudo da sociedade de Vila Rica dos setecentos e oitocentos. Ao aproximar realidades tão distantes, percebemos que certas permanências, influências e modos estão presentes em ambas as sociedades, como também, percebe-se o quanto Vila Rica é uma peculiaridade social e econômica à época, devido ao seu auge eloquente e instantâneo com a descoberta das jazidas auríferas e suas singulares organizações econômicas e sociais.

A partir do estudo do contexto setecentista da Europa e de Vila Rica, devemos concentrar as nossas atenções nos tecidos arrolados dos Inventários *post-mortem* vilariquenhos, a fonte quista desse trabalho. Nesse tipo documental atentaremos sobre as qualidades e quantidades têxteis e se tais comunicam com a dinâmica produtiva e com a moda da sociedade moderna europeia, partindo do pressuposto que, como apresentado, às Minas de tudo era enviado, devido aos motivos diversos já mencionados.

3 DIÁLOGO ALÉM-MAR: O PADRÃO DO CONSUMO DE TECIDOS NOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM DE VILA RICA EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO E CONSUMO TÊXTIL EUROPEIA (1760 – 1820)

³³Em defesa desta postura, Angelo Alves Carrara afirma que a partir da apresentação de alguns estudos referentes a América Latina sobre tal tema e ainda sobre os tipos de moedas que circulavam, chama a atenção do autor as “moedas de conta”, esta uma negociação nominal, no qual não envolvia circulação real de moeda. Carrara atenta que esse tipo de modalidade foi muito frequente na capitania de Minas Gerais durante o século XVIII. Pensa este tipo de negociação como resposta a escassez de moedas circulantes neste mercado mineiro setecentista, e cita o autor Stuart Schwartz (1988), como exemplo: “o ‘dinheiro de contado’ foi, via de regra, escasso no Brasil” (CARRARA, 2010, p 11).

3.1 Padrão de consumo de tecidos: Inventários post-mortem como fonte

A escolha em estudar o padrão de consumo de tecidos em Vila Rica nos setecentos e oitocentos surgiu através do que a historiografia, apontada no capítulo anterior, dita ao momento histórico. Como dito, a produção têxtil aperfeiçoou-se, ganhou mercados além-mar e, ainda, conquistou espaços na moda parisiense. Além disso, devido às razões já mencionadas, Vila Rica demandava por vestuários, dentre outro produtos.

A partir dessas analogias e curiosidades, o projeto pretende compreender à luz da documentação como se caracteriza esse padrão de consumo entre os anos de 1760 e 1820 (recorte será posteriormente justificado). E, para tal pretensão a escolha da fonte é fundamental, pois além da historiografia devemos, através dos documentos, que são reflexos do cotidiano mineiro, compreender as variáveis têxteis que consumiam os vilarriquinhos na época.

Para o estudo dos bens materiais os Inventários post-mortem é há tempos uma das fontes mais quistas. A partir da década de 1980 houve uma supervalorização desse tipo documental. Não só os inventários, mas as fontes sociais de modo geral passaram a ser destaque e a preferência pela historiografia em benefício da escrita de histórias sociais, econômicas, culturais e políticas.

Acerca do documento, de modo geral, os bens elencados nesse variavam entre móveis, escravos, “bens de raiz” e roupas, na grande maioria. Soma-se a isso o uso de adjetivos para caracterizar o bem descrito, como “velho”, “muito velho”, “de muito uso”, “roto”, “bom uso” e entre outros³⁴. Sabendo como os bens veem descritos na documentação, partimos à análise detalhada da mesma e, pretendeu-se elencar todos os tecidos descritos nela e apreciar como eles se apresentavam é o nosso enfoque.

Sobre o arrolamento de tecidos nesses inventários vale o artigo de Erlaine Aparecida Januário sobre as formas de trajar da população pobre e livre da Vila Rica setecentista. A autora afirma:

(...) como esta investigação está voltada para o exame de peças de vestuário de uso pessoal, o inventários traz uma descrição minuciosa deste bem, apresentando em sua forma (véstia, calção), material (chita, baeta), cor, estado de conservação (bom ou mau uso), a quantidade e o valor.³⁵

34 Expressões encontradas nos Inventários *post-mortem* da Casa do Pilar.

Por isso, para análise do padrão de consumo de tecidos pela sociedade de Vila Rica os Inventários post-mortem da Casa do Pilar de Ouro Preto são a nossa fonte predileta. Contudo, sobre essa cabem ressalvas como: não era toda sociedade que tinha acesso a esse tipo documental no século XVIII e XIX. Não apenas o acesso, mas a maioria não possuía muitos ou valiosos bens para constarem em um documento de partilha entre os herdeiros. Além disso, num outro patamar, há o problema material do desgaste do documento ao longo do tempo.

São questões importantes que nos atentam que todas as fontes possuem as suas limitações, mas não devem ser ignoradas, ou largamente criticadas e julgadas à negação de tudo que consta escrito nelas. Para os estudos das indumentárias, como percebido pela historiografia, o inventário post-mortem é uma das fontes quistas e muito analisadas para o estudo da cultura material setecentista e oitocentista.

Portanto, ao analisar a vestimenta parisiense seiscentista e setecentista, vale a análise de Daniel Roche acerca dessa fonte para a história da indumentária:

o inventários póstumo, de que voltaremos a falar, fornece um instrumento de qualidade discutível, mas no final das contas eficaz. (...) Se admitirmos que mil inventários representam uma base estatística suficiente, então podemos esboçar um inventário (embora difícil de detalhar por idade) das poses e dos principais consumos de toda a população parisiense do século XVIII. (...) Como sempre, esse tipo de fonte nos dá pouca informação sobre a maioria da população; e tampouco nos ajuda a passar de uma leitura funcional para uma interpretação simbólica. A essência da propriedade das coisas corre o risco de escapar à história das classes inferiores. Em todo caso, só podemos discernir suas características por meio das mediações que tenham uma coerência, que precisa ser questionada. (ROCHE, 2007, p. 33)

Roche sintetiza bem o que é o uso dos Inventários post-mortem como fonte de pesquisa da história da indumentária. Em seu trabalho atentou-se integralmente dos inventários numa amostragem grande para compreender o modo de vestir-se da sociedade francesa do Antigo Regime. A nossa pretensão, por enquanto, não está em compreender integralmente como a sociedade vestia-se ao no findar do século XVIII e início do XIX, mas apresentar como os tecidos e suas variações estão descritas nos inventários e perceber alguma analogia com a produção e consumo europeia à época.

Além disso, fatores próprios das fontes também limitaram o nosso número de inventários pesquisados. Como dito, a escolha de cada auto para o estudo pressupôs a presença de alguma

35 JANUÁRIO, Erlaine A. A roupa como instrumento de distinção social dos segmentos sociais de pobres livres e libertos de Vila Rica (1789 – 1807).

peça de tecido, seja alguma roupa ou rouparia de casa. Verificando auto por auto entre o período de 1760 e 1820, numa amostragem de 5 em 5 anos, tivemos ao todo 77 inventários nos quais tecidos eram arrolados como bens.

Outro fator definiu a formação da amostragem: a disponibilidade do documento. Alguns autos não foram consultados devido a sua indisponibilidade justificada pelo processo de higienização do documento. São praxes do meio arquivístico para melhor e por mais tempo conservar essa documentação ao longo dos anos. Outros tantos, não foram consultados, pois estavam integralmente deteriorados, impossibilitando a consulta devida e até mesmo evitando que ao manuseá-los fossem ainda mais desgastados.

Os 77 autos de inventários pesquisados estão distribuídos ao longo dos anos do recorte. Mas, há distinção de ano para ano ou de década para década. A Tabela 1 nos apresenta a porcentagem de inventários que possuíam tecidos por ano e nos permite uma melhor análise.

Tabela 4: Porcentagem de Inventários post-mortem que possuem tecidos arrolados

Ano	Invent. com tecidos	Total de Invent.
1760	5	8
1765	6	12
1770	2	7
1775	6	16
1780	4	12
1785	7	11
1790	6	10
1795	4	11
1800	2	8
1805	8	16
1810	12	27
1815	4	23
1820	11	19
Total	77	180

Fontes: ARQUIVO DO PILAR. Inventários. Ano: 1760 - 1820

Os anos de 1760, 1785, 1790 e 1820 assinalaram grande número de inventários com a presença têxtil. Diferentemente do ano de 1815, que em relação ao total de inventários, poucos apresentam esse produto. Cabe a nós analisar e problematizar melhor o que nos apresenta a Tabela 1 a fim de compreender a proporção quantitativa de tecidos arrolados por ano. Assim sendo, a Tabela 2 a seguir representa o número de tecidos arrolados por ano.

Tabela 5: Número de tecidos arrolados por ano

Ano	Nº de tec.Arrol.
1760	27
1765	71
1770	7
1775	58
1780	25
1785	127
1790	79
1795	29
1800	34
1805	41
1810	105
1815	15
1820	100

Fontes: ARQUIVO DO PILAR. Inventários. Ano: 1760 – 1820

Ao analisar a quantidade de tecidos arrolados³⁶ em relação ao número de inventários que descrevem o tal produto, percebemos que, por exemplo, o ano de 1760 foi destaque em relação ao número de inventários que arrolam os produtos têxteis, no entanto em quantidade de tecidos arrolados é pouco. Os destaques que se referem ao número acentuado de inventários e, também, de tecidos arrolados são os anos de 1785, 1810 e 1820.

De imediato associamos esses anos à pré-revolução industrial inglesa têxtil, pois essa se fortifica nos anos 1780, com o melhoramento das máquinas de fiar³⁷, e ao findar do século caminha rapidamente para o auge da revolução na década de 1830, pois a partir da década de 1780 a proporção crescente de rendas dos empresários levou a investimentos em novas instalações e máquinas, aumentando assim o número de exportações³⁸.

Portanto, sabendo da demanda dessa população, da diminuta produção manufatureira local e reinol e que a maioria têxtil consumida em Vila Rica era importada. Esses destaques podem sim ser associados à nascente e feroz indústria têxtil algodoeira inglesa. Para maiores

³⁶ A quantidade de tecidos arrolados refere-se ao número de vezes que uma forma têxtil foi citada. Quando no lançamento do inventário o escrevente coloca junto mais de uma peça, separamos uma a uma, portanto em cada lançamento no banco de dados contamos individualmente cada peça.

³⁷ DAENE, 1982, p. 115.

³⁸ *Ibidem*, p. 126.

certezas, a análise dos tipos têxteis é fundamental. Nessa podemos ver a predominância têxtil algodoeira, que era o destaque crescente da economia industrial inglesa. Tal análise será realizada num segundo momento que tratará especificamente sobre as características dos tecidos arrolados.

Ainda na relação “Inventários com tecidos” e “Tecidos arrolados por ano”, temos outro chamativo entre os anos estudados. O ano de 1815 é, ao mesmo tempo, o ano que menos apresentou inventários e tecidos arrolados. Motivos tais que podemos associar, em certa medida, à crescente, mas ainda bem baixa, produção têxtil local que a partir da decadência aurífera iniciam-se incentivos à mesma na região de Vila Rica no final do século XVIII.

Contudo, a partir de 1820, nessa amostragem, cresce novamente o número de tecidos arrolados. Assim, podemos concluir que a indústria têxtil local inicia-se no findar do século XVIII e até pode ter influenciado os dados para 1815, de certa maneira. Por esse motivo, aos seguintes anos temos cada vez mais a presença têxtil inglesa no mercado além-mar devido, como dito, aos renovados investimentos empresariais; assim, a produção manufatureira local perdia espaços em relação à produção industrial de maior escala e qualidade inglesa, por exemplo.

Cabem a essas conclusões maiores investigações a cerca dessa produção têxtil local e, como proposto anteriormente, atenção sobre a presença de tecidos de algodão durante esses anos de grande repercussão na análise acima realizada.

Sobre as justificativas dos inventários post-mortem como fonte devemos também pensar qual a significância dos tecidos mencionados neles em relação aos outros bens também descritos. Para tal problema, nos atentamos sobre a média percentual de tecidos presentes em relação ao monte-mor de alguns inventários ao longo dos anos do recorte preferido.

Para tal intenção buscamos os inventários de cada ano que se destacaram em relação à quantidade de tecidos. Sobre esses, calculamos a porcentagem de tecidos em relação ao monte-mor e percebemos que na sua maioria o valor percentual é significativamente baixo. Em alguns a porcentagem de tecidos não chega a 1%, embora tenham se destacado, ainda que raras vezes, em outros inventários escolhidos. Foram os que apresentaram uma média acima de 5% e, mais raros ainda, aqueles que apresentaram uma média de 10%.

Essa insignificância dos valores dos tecidos em relação ao monte-mor justifica-se pela presença de bens de maior valia que poucos deles somados já ultrapassam ferozmente o somatório dos valores dos tecidos. São eles os “bens de raiz”, escravos e pedras preciosas (como o ouro e a prata) em forma de joias ou em pó.

Acerca dos Inventários post-mortem como fonte desse estudo, alguns dados interessantes servem para mediar uma análise mais atenta sobre os tipos têxteis e suas variações. No segundo momento desse capítulo atentaremos especificamente para os tipos têxteis, os tecidos provenientes do algodão e o consumo de tecidos por gênero ao longo dos anos. O intuito é pensar o padrão de consumo de Vila Rica no recorte proposto em diálogo com o que a historiografia dita sobre a Europa moderna à época.

3.2 Diálogo além-mar: o padrão do consumo de tecidos nos inventários post-mortem de Vila Rica em relação à produção e moda europeia (1760 – 1820)

Como nesse momento atentaremos para uma análise mais minuciosa sobre a fonte quista à pesquisa, a nossa atenção será especificamente sobre os tecidos elencados nos inventários e analisaremos através de alguns vieses o padrão do consumo têxtil da sociedade vilarriquenha no findar do século XVIII e início do século XIX.

Para tal, antes de qualquer análise o nosso recorte temporal deve, enfim, ser justificado. O impulso inicial pelo estudo do consumo têxtil partiu pelo interesse em compreender como e o que Vila Rica consumia desse produto num momento singular à sua economia e sociedade. Pois se sabia que era um produto de importante demanda e, na sua maioria, eram provenientes do além-mar. Assim sendo, pretendeu-se verificar como o consumo de tecidos era após o período da decadência aurífera, a fim de constatar se o padrão modificou-se ou não após momento de tanta importância e debate na historiografia mineira.

Portanto, para o estudo do padrão de consumo desse produto priorizamos a análise dos inventários anos antes dos níveis de decadência alcançarem seus auge e após o período que a historiografia dita como a recuperada economia vilarriquenha no início do século XIX através de atividades econômicas que, após a queda da economia aurífera, foram destaque nesse momento de reestruturação econômica.

Além disso, partindo da historiografia moderna acerca da moda e produção têxtil europeia, o recorte casou com o intuito de compreender o padrão desse consumo em relação à renovada indústria têxtil e o mercado da moda europeu no findar do século XVIII e seu auge nas décadas iniciais do século XIX. Assim sendo, o recorte justifica-se pelo momento singular

econômico e social de Vila Rica e pelo processo de reestruturação industrial e da moda na Europa Moderna. A amostragem dos inventários foi feita de 5 em 5 anos durante o período de 1760 e 1820. Como dito, os inventários quistos para esse estudo foram aqueles que possuíam tecidos arrolados dentre os bens descritos. A interpretação da fonte será pelo viés de algumas questões que já foram tocadas acima. Atentaremos sobre os tipos e formas em relação à produção têxtil algodoeira da pré-revolução industrial inglesa e o mercado da moda parisiense.

3.3 Padrão de consumo de tecidos provenientes do algodão: possíveis analogias

A descrição dos tipos têxteis provenientes do algodão dentre os bens têxteis nos inventários foi grande. Sobre tais, vale descrever os destaques algodoeiros um a um, afim de possíveis relações com a produção têxtil algodoeira inglesa à época.

O primeiro deles é a baeta. Em um capítulo de sua dissertação de mestrado, Alexandra Maria Pereira ao analisar o livro caixa de uma loja em Vila Rica na década de 1730³⁹, dita que a baeta, dentre os têxteis comercializados, era a que mais foi procurada pelos clientes. Nos inventários esse tipo têxtil também é um dos tipos mais procurados. Apenas não foi mencionado nos anos de 1760, 1770, 1810 e 1815, mas nos restantes anos a menção foi destaque.

No estudo mencionado, a baeta como um tecido, assim como nos inventários, apareceu comum para a confecção de timão, que era um tipo de camisola ou casaco grosseiro usado por escravos, mulheres de baixa condição e crianças, como proteção do frio. E ainda, as variedades do azul desse tipo têxtil, também, são alertadas pela autora em seu estudo. Especificamente nos inventários, há também a menção de um tipo têxtil singular à baeta: o baetão. Esse é mais grosso do que a baeta e era utilizado, em sua maioria, para a confecção de casacos, capotes, capas e sobrecasacas. Também foram encontrados nos inventários como tipo têxtil de saia, calção e véstia, mas não foram em grande quantidade em relação aos tipos de casacos. Na sua maioria esse tipo têxtil apresentou-se nas cores rosa, verde, “alvadia” e

³⁹PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica: Atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)*. Defesa em 2008, 172 folhas, Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Defendida em 04 de julho de 2008, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

“escuro” e quando foram mencionados nas formas de casacos tinham um segundo tipo têxtil para o seu forro, sendo o veludo, belbute e holanda.

Para a fonte quista nessa pesquisa a bretanha, assim como a baeta, esteve bastante presente entre os anos aqui estudados. Sobre esse têxtil vale destacar que às vezes eram mencionados como bretanha outras tantas como bertanha; para a análise privilegiou o vocábulo bretenha para todas as menções a fim de otimizar a compreensão .

Esse têxtil apareceu em formas variadas. Apresentou-se como peças de vestuário (como camisas, sobrepele, capotes, macaquinhos e saia) e peças de enxoval de casas (como fronha, lençol, toalhas e toalhas de mão). Algumas peças tiveram a origem do tipo têxtil mencionado, como da França, Alemanha (Hamburgo, especificamente) e Suécia. Esse tipo de descrição é importante para análise mais detalhada das especificidades desse tipo têxtil em relação à sua origem produtora, por exemplo.

Outro tecido, o algodão, assim como a bretanha e baeta foi importante nas menções têxteis. Majoritariamente, esse tipo têxtil nos inventários post-mortem apresenta-se na forma de peças de enxovais de casa, isso é, em toalhas de banho, toalhas de mesa, toalhas de mãos, redes, lençóis, colchas e guardanapos. Como peça de roupa aparece como bolero, camisa, calção, véstia, calça e ceroula. Em relação às cores predomina a cor branca e azul.

Os ditos tecidos provenientes do algodão tiveram significativa presença dentre os autos de inventários ao longo das décadas estudadas e logo nos alerta para associação com a produção têxtil algodoeira descrita anteriormente neste trabalho. Como dito, os anos de 1785, 1810 e 1820 nos chamaram atenção quanto à quantidade de tecidos arrolados nos inventários e nos alertou à associação a momentos singulares da pré-revolução industrial. A certeza de tal lembrança seria mais bem analisada com o estudo dos tipos têxteis destes destacados anos.

Atentamos sobre os tipos têxteis provenientes do algodão, que são para o período singular à produção têxtil inglesa, aqueles que impulsionaram a revolução para o seu auge na década de 1830.

Assim sendo, em análise da porcentagem do tipo têxtil para cada ano que se destacaram anteriormente, nota-se que para 1785 os tecidos algodoeiros representaram 40% do total de têxteis mencionados nesse ano. Para o ano de 1810 representam 44% e, chamando muito a nossa atenção, o ano de 1820 apresenta dentre os têxteis descritos que 50% eram de proveniência algodoeira.

São porcentagens consideráveis e de suma significação para esse estudo no qual se pretende comunicar com o momento ímpar da história da produção têxtil moderna. Os inventários de Vila Rica apresentaram-nos índices satisfatórios para podermos afirmar que o consumo têxtil vilarriquenho pôde muito comunicar-se com o mercado têxtil algodoeiro inglês à época.

De certo, para maiores certezas devemos traçar todo o caminho em que se passava esse tipo têxtil até chegar a Vila Rica, assim saberá as suas origens e se de fato precedem da dita nascente indústria inglesa. Para dita pretensão, outros tipos documentais deverão, junto aos inventários post-mortem, ser nossa fonte.

3.4 *Análise do consumo da indumentária em Vila Rica em relação à moda francesa*

Em análise acerca da indumentária setecentista e oitocentista de Vila Rica teremos como nosso viés o que a historiografia dita como e quais indumentárias eram consumidas à época. O exame sobre a mesma atentará para suas caracterizações, ornamentações, cores e valores que foram apresentados no lançamento dos bens têxteis dos indivíduos. Acerca da metodologia de análise os inventários serão estudados pelo viés do gênero. Isso é, atentaremos sobre as peças mais usuais, ou não, nos guarda-roupas femininos e masculinos de Vila Rica.

Ao separar por gênero a nossa interpretação, pretendeu-se comunicar com o que a historiografia sobre a temática indica para o século XVIII: há uma mudança perceptível na vestimenta feminina em relação às maiores variedades de peças de usos cotidianos. A vestimenta masculina deixa de ser ornamentada e passa a ser mais simples, em suma, a extravagância do traje masculino dos seiscentos acaba, marcando a renúncia ao adorno⁴⁰.

Segundo François Boucher acerca da distinção de gênero sobre as indumentárias no século XVIII,

... árbitro do bom gosto e da conversação geniosa, a mulher assume um papel cada vez mais importante na sociedade. Ao contrário do traje masculino, cujas linhas principais deixam de evoluir no início do século XVIII, a indumentária feminina se diversifica, principalmente ao longo da segunda metade do século. (BOUCHER, 2009, *apud* LIMA, 2012)

40 ROCHE, 2007, p. 56.

Ao que se pretende, devemos compreender a nossa fonte em relação à proporção de autos de indivíduos masculinos e femininos, a fim de especificar e problematizar esse tipo documental ao contexto vilarriquenho. Ao todo são 25 autos de inventários femininos e 51 autos masculinos. Muito discrepantes os valores sobre a proporção de inventários por gênero; alguns indícios podem justificar esses índices.

Tais índices podem ser devido à possível restrição ao acesso feminino a esse tipo documental à época. Por motivos sociais e culturais, as mulheres tinham seus bens elencados aos inventários dos seus maridos, ou raras, mas não impossíveis, mulheres que se ascenderam nessa sociedade e adquiriram bens ao longo da sua vida, o caso de algumas pretas forras, por exemplo.

Outro limite da nossa fonte para a metodologia de análise quista é que não se pode generalizar que tudo o que está descrito em inventários femininos ou masculinos são bens de consumo respectivo a cada gênero. Como se todas as peças que estão descritas num inventário masculino são produtos de consumo específico aos homens dessa sociedade, o mesmo cabe para os femininos.

Na Tabela 3 verificamos a proporção inventários por gênero para cada ano do recorte estudado. Temos uma para os anos de 1765, 1775, 1780 e 1790 a proporção em 50% do total de inventários. Os anos mais discrepantes foi 1810 que apresenta 12 inventários post-mortem masculinos e nenhum feminino para o ano. Os anos restantes possuem uma diferença mínima entre os gêneros em relação à quantidade de autos.

Tabela 6: Proporção de inventários post-mortem por gênero pra cada ano

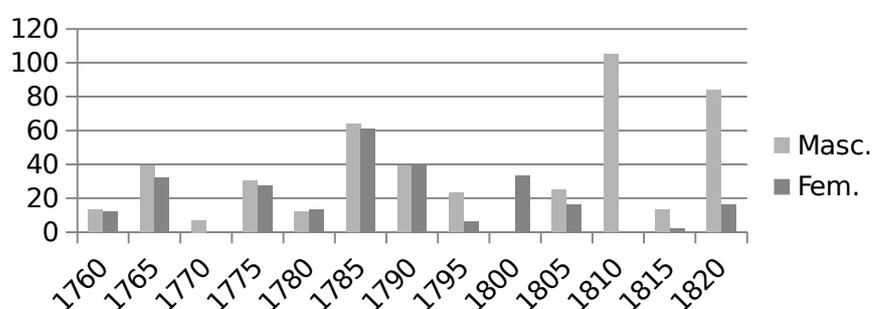
Ano	Masc	Fem.	Total
1760	4	1	5
1765	3	3	6
1770	1	0*	2
1775	3	3	6
1780	2	2	4
1785	4	3	7
1790	3	3	6
1795	3	1	4
1800	0	2	2
1805	5	3	8
1810	12	0	12
1815	3	1	4
1820	8	3	11
Total:			77

Fontes: ARQUIVO DO PILAR. Inventários. Ano: 1760 – 1820

Feita a proporção de autos de inventários femininos e masculinos por ano, atentaremos sobre a quantidade de peças por gênero a cada ano. Assim sendo, a intenção é quantificar as peças dos guarda-roupas femininos e masculinos ao longo do período proposto, sem distinguir entre indumentárias e peças de uso doméstico, a fim de compreender quantitativamente o número de peças e suas variedades por gênero, dialogando, assim, com o que a historiografia dita como o momento do fim do adorno e exageros de número de peças masculinas e renovação ao aumento e variedade maior de peça do guarda-roupa feminino.

Em análise da proporção entre peças por gênero nos anos estudados, no Gráfico 1 percebe-se que em muitos anos, mesmo sendo inferiores os números de inventários femininos em relação ao total masculino, percebe-se que a relação entre as peças muitas vezes apresentam proporções parecidas. Os anos 1815 e 1820 possuem uma discrepância muito grande entre o número de peças por inventários masculinos e femininos. Novamente a discussão sobre o acesso dos indivíduos a esse tipo documental à época deve ser considerada.

Gráfico 1: Proporção de peças por gênero ao longo dos anos



Fontes: ARQUIVO DO PILAR. Inventários. Ano: 1760 – 1820

Ao número de peça, os inventários masculinos sempre destacaram nos autos femininos. Devemos, além dessa apreensão, considerar a variedade dessas peças, principalmente nesses anos tão discrepantes. A exemplo, o ano de 1760 apresentou um único auto de inventário feminino, mas com uma considerável quantidade de peças. Mais ainda em relação à variedade das peças teve destaque. As peças variam entre saias, capinha, “camisas de mulher” e itens de casa, como

toalhas e guardanapos. E, ainda, os tipos têxteis das mesmas são variados. Distintos das poucas variáveis de peças e tipos têxteis que os três autos masculinos apresentaram.

Interessante perceber essa discrepância, além disso, a exemplo, em análise ao tipo, a forma e o valor do têxtil por gênero para o ano de 1760 apresentou uma camisa de linho num desses inventários masculinos no estado de “muito usado” com o valor de 200 réis. Já a mesma peça no mesmo tipo têxtil com a descrição “camisa de mulher” em estado de “usado” recebeu o valor de 600 réis. Importante perceber o estado da peça em análise do valor dado a ela, em ambos os casos é perceptível o desgaste significativo delas, assim o quesito “uso” não determina a discrepância desses valores em relação ao gênero.

Desse modo, nos leva a crer que uma camisa de mulher que custa 600 réis em relação a uma camisa do mesmo tipo têxtil no auto masculino custa 200 réis, deve ser mais elaborada e de origem mais fina. Ao longo dos outros anos, alguns casos do tipo repetem, mas como o guarda-roupa masculino e o feminino pouco se assemelham em peças, poucas foram as comparações do tipo. Tal percepção será apresentada a seguir.

Em relação à variedade das formas e tipos têxteis ao longo do recorte, alguns casos foram específicos a cada ano. As formas têxteis descritas em inventários femininos de 1760 a 1780 e 1790 apresentaram-se em distintas formas. E as variedades das peças masculinas foram poucas, mas em compensação a variável dos tipos têxteis foi comum a ambos os gêneros. Assim sendo, há muitas peças femininas e poucas masculinas dos mesmos tipos têxteis. O ano de 1785 apresentou distinto desses descritos, uma variedade grande entre número de peças e tipos têxteis para ambos os sexos.

Para o ano de 1795 consta que há pouca variedade de peças masculinas e femininas, mas as peças femininas possuíam grande variedade de têxteis diferentemente dos masculinos, que resumiam-se em poucos tipos. O ano de 1800 consta apenas inventários femininos e esses apresentaram o que é comum aos autos femininos, ou seja, muita variável das formas e poucos tipos têxteis para essas peças. O ano de 1805 já nos apresenta o contrário, uma variedade de têxtil nos inventários femininos e pouca variável de tipos, tanto nos inventários masculinos quanto nos femininos. Os seguintes anos apresentam o clássico: pouca variável têxtil para muitas peças femininas e poucas masculinas.

Nota-se que o guarda-roupa masculino constitui-se, em sua maioria, de peças como casacas, véstia, calção e camisas. Ao longo do recorte proposto, os têxteis que produzem essas peças provém do algodão (destaque aos anos finais). Destaque as fardas e conjuntos que

combinam a véstia, calção e casaca do mesmo tipo têxtil e ornamentos. Essa é a peça destaque desse guarda-roupa, pois se apresentam apenas em inventários masculinos e provêm do pano⁴¹, tipo têxtil de variada procedência, na sua maioria nas cores azul e azul ferrete.

Por sua vez o guarda-roupa feminino possui distintas peças, como saias, macaquinhos, vestidos, variados tipos de casacos, lenços, camisas, “roupinha”, sobrecasacas, espartilhos e etc. Como as fardas, os espartilhos apenas apresentaram-se nos autos femininos, mas raras vezes ao longo do recorte, diferentemente das várias aparições das fardas ao longo dos anos estudados.

Sobre as peças íntimas, muito podemos comparar com a historiografia da indumentária, elas apareceram raras vezes e destacaram-se no findar do recorte. Apenas um sutiã consta dentre as peças do recorte em 1815. As ceroulas apareceram apenas na década de 1820 e totalizaram 6 peças. Para Roche as peças íntimas, ou como as chama “peças brancas”, apenas começaram a ser usadas com mais consideração no findar do século XVIII e início do século XIX. Tal uso cresceu devido à maior valorização da higienização e cuidados com o corpo⁴².

O que foi apresentado aqui muito dialoga com o que a historiografia dita sobre a maior variedade das formas têxteis femininas em relação ao masculino. As peças masculinas são básicas e predomina-se assim ao longo do recorte. Em contraposição, na França a indústria têxtil renovada e o aumento dos tipos têxteis produzidos e comercializados, possibilitaram ao guarda-roupa feminino a maior diversidade de peças provenientes desses novos tipos têxteis.

Nos inventários até percebe-se a considerável quantidade de peças dentre os vestuários femininos e a variedade têxtil sempre esteve em voga. O mesmo acontece com a indumentária masculina desse tipo documental. Apesar de ser sempre diminuta e básica em relação à feminina. O destaque têxtil de ambos os sexos são os tecidos provenientes do algodão, principalmente, da indumentária masculina ao longo do recorte.

41 Um dos destaques têxteis dos inventários post-mortem, temos o pano. Um tipo peculiar têxtil devido a suas varadas procedência material Ele poderia ser de algodão, lã, seda ou linho e um tecido muito variado que alcançava características que diferenciavam em qualidade e conseqüentemente em valores. Na fonte dessa pesquisa o pano assemelha-se em muitas características ditas por Pereira. Há predominância dos tons e uma variação destaque dessa cor foi o “azul ferrete”. Outras cores como verde, azeitona, escarlata, pardo, branco, “escuro” e “alvadio” também apresentam para esse tipo têxtil. Algumas vezes, veio descrito “farda de azul uniforme” em 1820. Ou, em 1810, “Farda da companhia da infantaria”.

42 ROCHE, 2007, p. 166 - 167.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O padrão de consumo têxtil e suas formas a partir dos Inventários Post-mortem do Primeiro e Segundo Ofício da Casa do Pilar, de Ouro Preto, foi a nossa pretensão. Partindo do que a historiografia dita à época tanto para a realidade singular de Vila Rica quanto para a Europa Moderna, a intenção foi a comparação e justificativas teóricas para tal.

Evidente que alguns limites dessa pretensão devem ser levados em conta. Os inventários post-mortem para o estudo do consumo são uma fonte quista das últimas décadas, mas limita-se a poucos indivíduos da sociedade vilarriquenha setecentista. Além disso, a descrição dos bens têxteis é mínima para um estudo mais específico sobre a indumentária, mas não desvalida o que encontramos sobre as formas e principais tipos têxteis consumidos por esses indivíduos que tiveram seus autos analisados.

Fator importante desse levantamento foi o diálogo entre a produção têxtil algodoeira e o consumo de Vila Rica, o que se encontrou nos inventários e o que a historiografia dita sobre esse evento comunicam-se e, muitas vezes, justificam-se. O mesmo ocorre para a relação entre a reformulação do conceito da moda francesa, aquela que era seguida por todos, e o que se consumia de indumentária em Vila Rica no momento de maior variação das peças, diminuição dos adornos nas peças masculinas e variedade das peças femininas.

Muito ainda deve ser realizado. Para a certeza do consumo de tecidos provenientes da Inglaterra por Vila Rica devemos melhor traçar o caminho desse produto no mercado além-mar até chegar à casa vilarriquenha. Tal pretensão parte de análises de outros tipos documentais como livros de entradas de mercadorias e outro específico ao mercado entre os continentes. Para a história da indumentária vilarriquenha, além de traçar como esses produtos poderiam chegar a essa localidade, devemos achar outras fontes que melhor descrevem a peça.

São partidas para novas pesquisas e intuítos, no entanto já foram apresentados dados interessantes nessa primeira análise. No mais, o estudo sobre o padrão de consumo por Vila Rica no findar do século XVIII e XIX foi exposto mesmo com as limitações aqui reveladas.

FONTES

Manuscritas

ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 28; Auto 309; 1º Ofício; Ano 1760.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 91; Auto 1105; 1º Ofício; Ano 1760.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 29; Auto 325; 1º Ofício; Ano 1760.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 11; Auto 99; 1º Ofício; Ano 1760.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 132; Auto 1662; 1º Ofício; Ano 1760.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 57; Auto 686; 1º Ofício; Ano 1765.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 07; Auto 64; 1º Ofício; Ano 1765.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 46; Auto 510; 2º Ofício; Ano 1765.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 06; Auto 63; 2º Ofício; Ano 1765.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 06; Auto 64; 2º Ofício; Ano 1765.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 02; Auto 24; 2º Ofício; Ano 1765.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 111; Auto 1498; 1º Ofício; Ano 1770.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 140; Auto 1761; 1º Ofício; Ano 1775.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 70; Auto 830; 1º Ofício; Ano 1775.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 62; Auto 754; 1º Ofício; Ano 1775.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 61; Auto 732; 1º Ofício; Ano 1775.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 129; Auto 1618; 1º Ofício; Ano 1775.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 39; Auto 474; 1º Ofício; Ano 1780.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 51; Auto 578; 2º Ofício; Ano 1780.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 18; Auto 185; 2º Ofício; Ano 1780.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 118; Auto 1499; 1º Ofício; Ano 1780.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 68; Auto 756; 2º Ofício; Ano 1785.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 35; Auto 387; 2º Ofício; Ano 1785.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 102; Auto 1274; 1º Ofício; Ano 1785.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 60; Auto 673; 1º Ofício; Ano 1785.

ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 38; Auto 431; 2º Ofício; Ano 1785.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 03; Auto 32; 2º Ofício; Ano 1785.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 109; Auto 1385; 1º Ofício; Ano 1785.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 27; Auto 297; 1º Ofício; Ano 1790.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 106; Auto 1342; 1º Ofício; Ano 1790.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 35; Auto 413; 1º Ofício; Ano 1790.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 18; Auto 176; 1º Ofício; Ano 1790.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 02; Auto 03; 2º Ofício; Ano 1790.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 101; Auto 1269; 1º Ofício; Ano 1795.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 106; Auto 1344; 1º Ofício; Ano 1795.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 02; Auto 19; 2º Ofício; Ano 1795.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 127; Auto 1587; 1º Ofício; Ano 1800.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 25; Auto 268; 1º Ofício; Ano 1800.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 47; Auto 526; 2º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 53; Auto 600; 2º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 35; Auto 417; 1º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 35; Auto 415; 1º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 47; Auto 574; 1º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 127; Auto 1581; 1º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 79; Auto 945; 1º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 125; Auto 1569; 1º Ofício; Ano 1805.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 64; Auto 778; 1º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 53; Auto 630; 1º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 27; Auto 298; 1º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 44; Auto 529; 1º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 45; Auto 546; 1º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 36; Auto 404; 2º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 16; Auto 173; 2º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 19; Auto 202; 2º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 19; Auto 198; 2º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 21; Auto 231; 2º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 139; Auto 1741; 1º Ofício; Ano 1810.

ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 101; Auto 1261; 1º Ofício; Ano 1810.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 93; Auto 1127; 1º Ofício; Ano 1815.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 32; Auto 363; 1º Ofício; Ano 1815.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 100; Auto 1228; 1º Ofício; Ano 1815.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 131; Auto 1645; 1º Ofício; Ano 1815.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 00; Auto 1488; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 140; Auto 1763; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 87; Auto 1054; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 88; Auto 1070; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 80; Auto 979; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 54; Auto 644; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 26; Auto 283; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 121; Auto 1528; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 125; Auto 1570; 1º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 26; Auto 285; 2º Ofício; Ano 1820.
ARQUIVO DO PILAR, Inventário. Códice 61; Auto 695; 2º Ofício; Ano 1820.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. LPH: Revista de História. Departamento de História da UFOP. Mariana, n.5, 1995.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais*. Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2007.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Revolução industrial e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRAUDEL, F. “Os instrumentos de troca”. In. *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII: Os jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CARRARA, Ângelo Alves (Organizador). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2010.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos comerciantes: Mercadores nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- DAENE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Trad. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FURTADO, Júnia Ferreira. “Homens de negócio”: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.
- HOBBSBAWM, Eric. *As origens da revolução industrial Britânica*. In. *As origens da revolução industrial*. São Paulo, Global Editora, 1979.
- JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. “A roupa como instrumento de distinção social dos segmentos sociais de pobres livres e libertos de Vila Rica (1789-1807)”.

LIMA, Laura Ferraza de. *Jogo de Imagens: a relação entre a arte e a moda na França do século XVIII*. Revista Cantareira. Rio de Janeiro, v. n.162, p. 2 – 13, jan./jun., 2012.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. *A Demanda do Trivial; Vestuário, Alimentação e Habitação*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, nº 65,153-199, julho,1987.

MÓL, Cláudia Cristina. *Entre sedas e baetas. O vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica*. Revista Varia História (UFMG impresso). Belo Horizonte, v. n. 32, p. 176 – 189, julho, 2014.

MOL, Cláudia Cristina. *Sobre modas e modos: o vestuário na sociedade colonial*. In: *Mulheres forras: cotidiano e cultura material, 1757 – 1800*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica: Atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)*. [dissertação de mestrado]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: Uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 19 – 36.

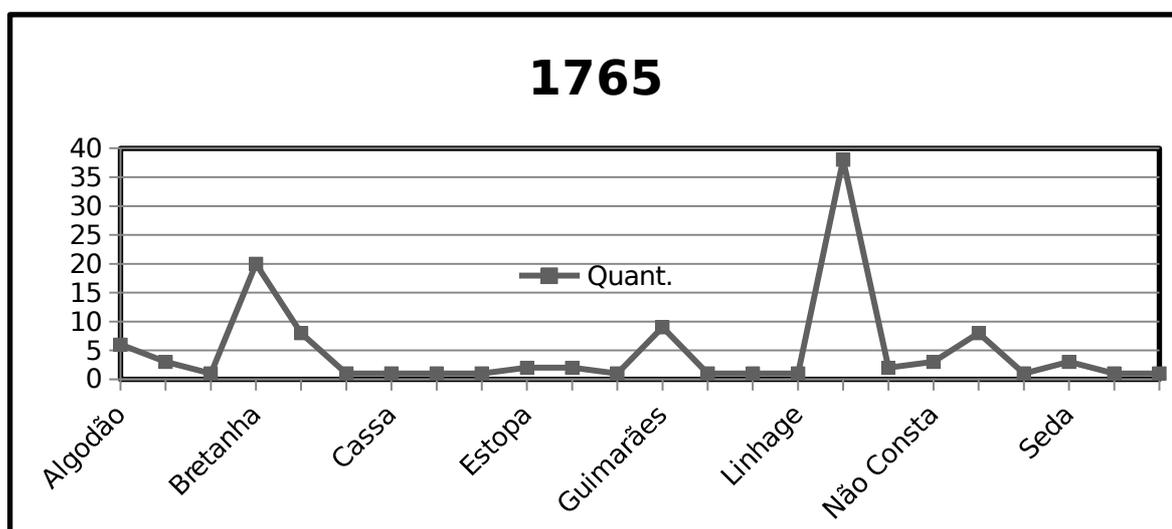
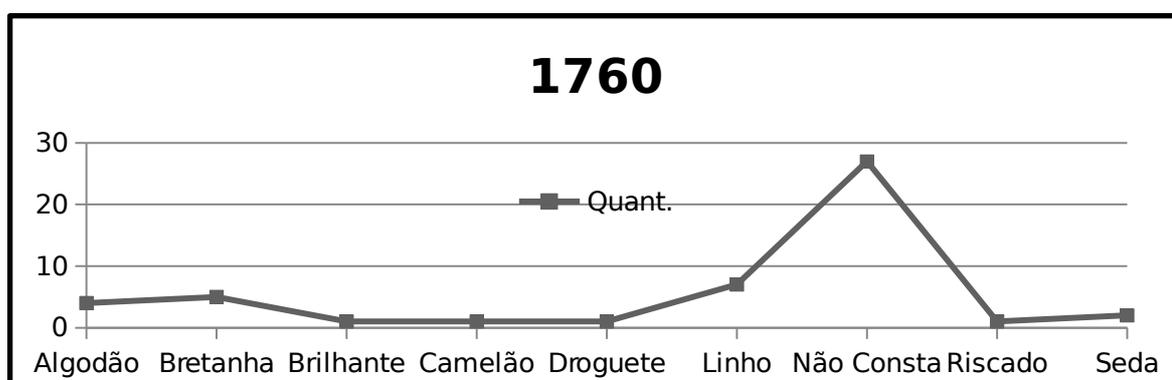
ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: Nascimento do consumo século XVII –XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p11 – 21; 256 – 291.

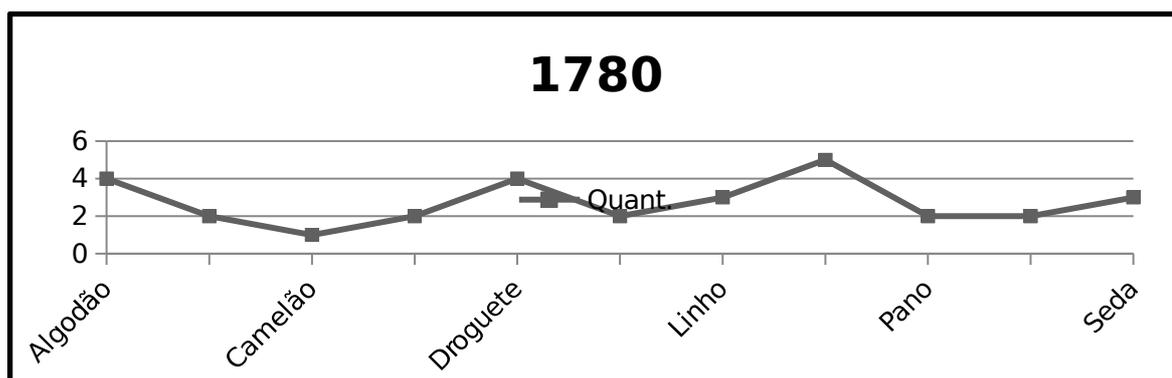
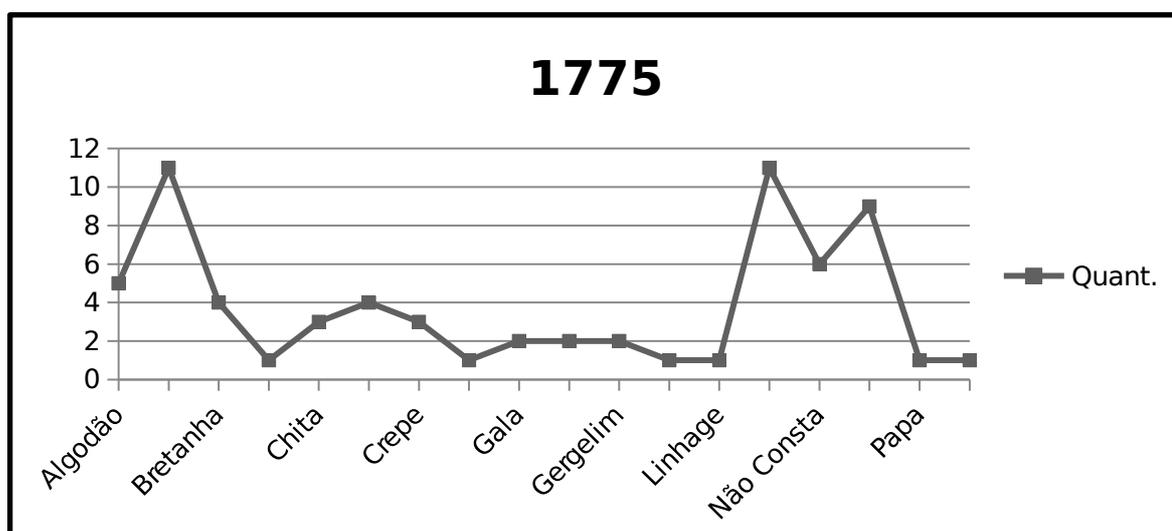
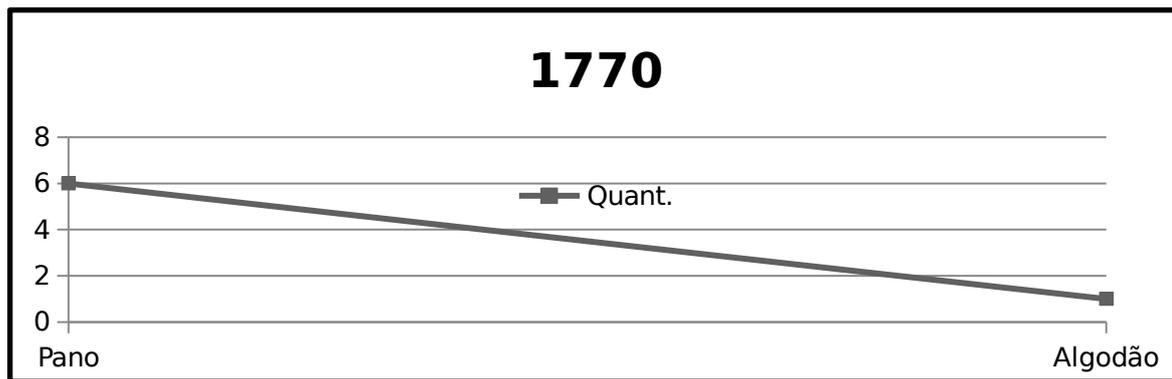
SILVEIRA, Marco Antonio. *A vontade da distinção*. In: *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.169-183.

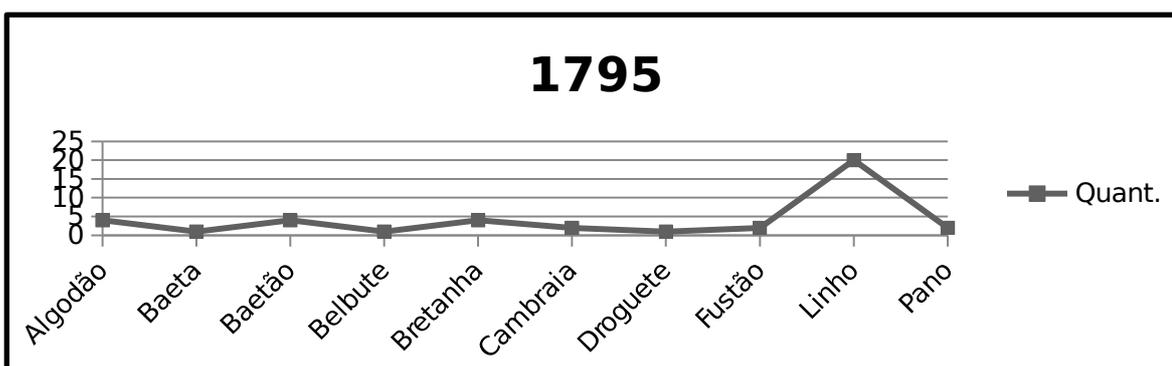
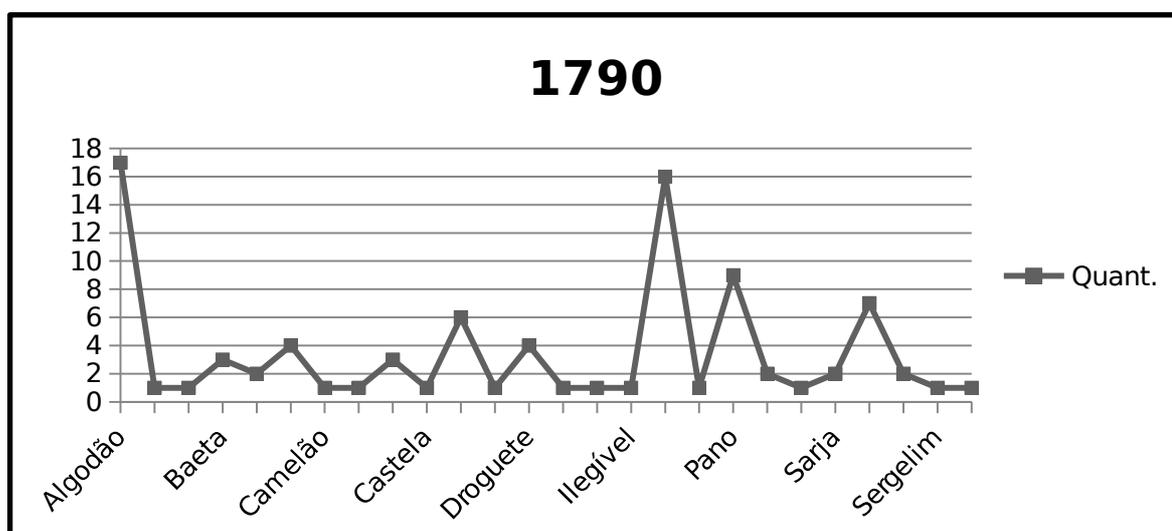
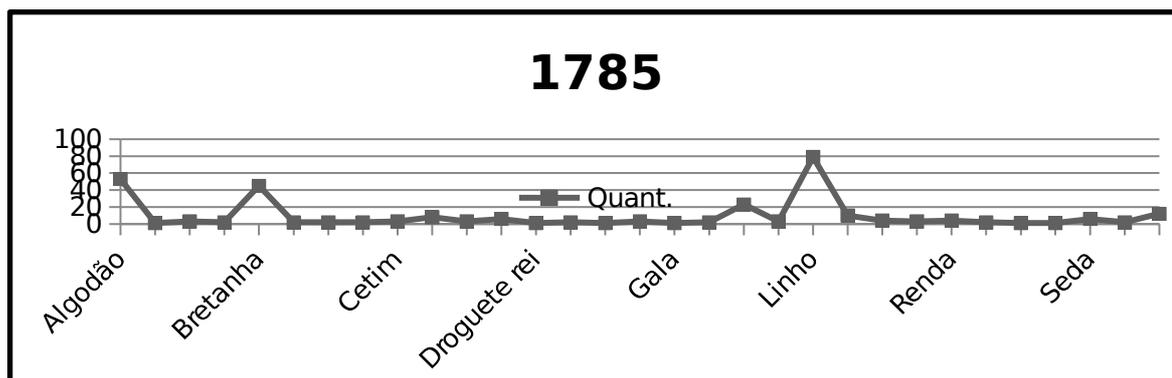
ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. [Tese de Doutorado] São Paulo: Universidade de São Paulo, 1951.

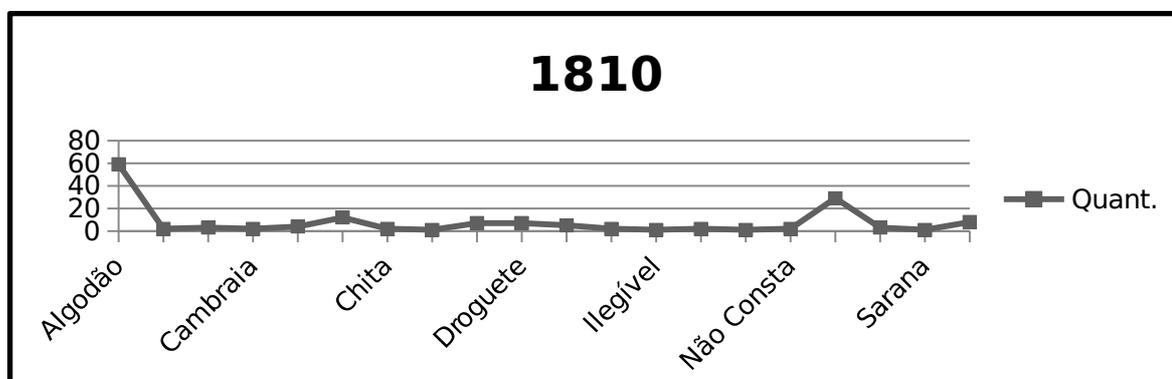
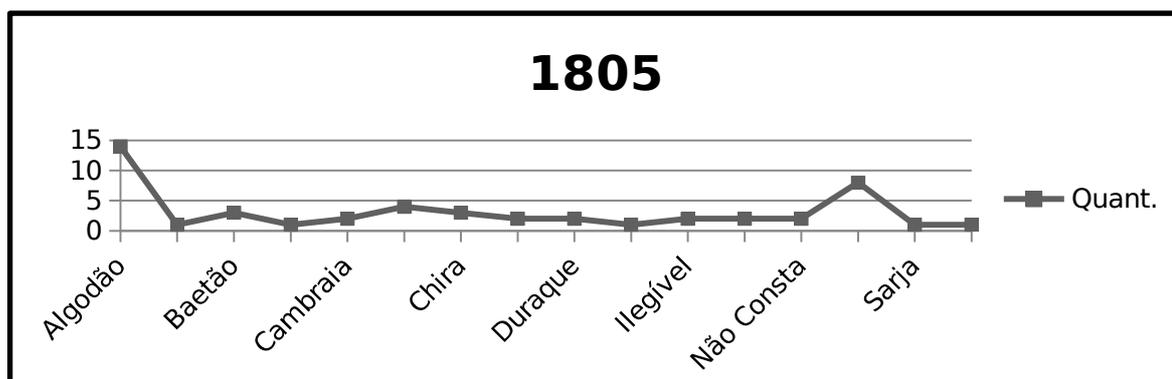
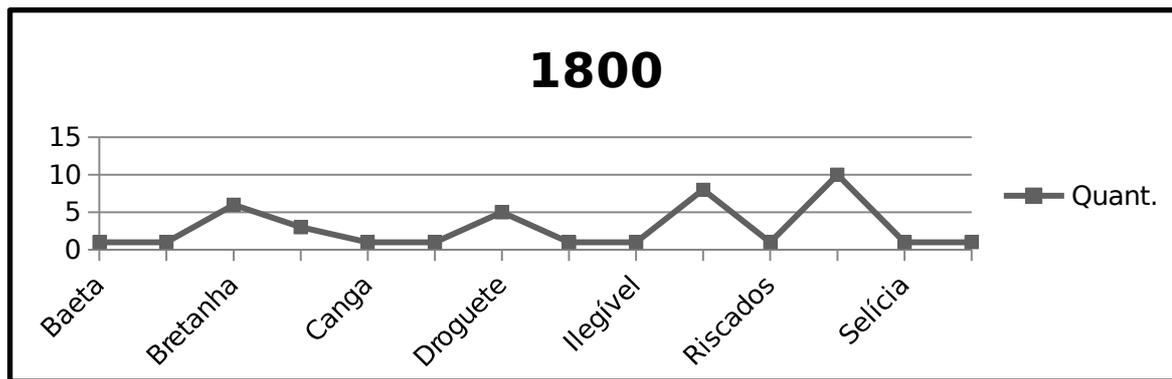
ANEXOS

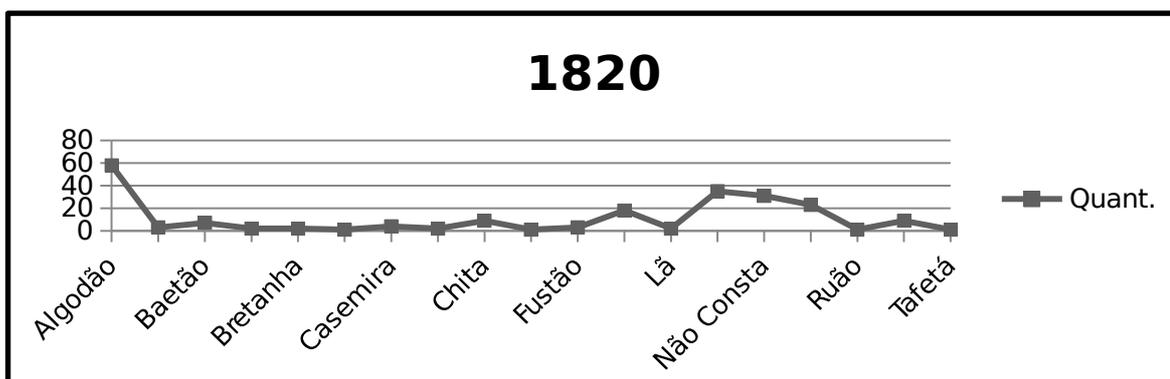
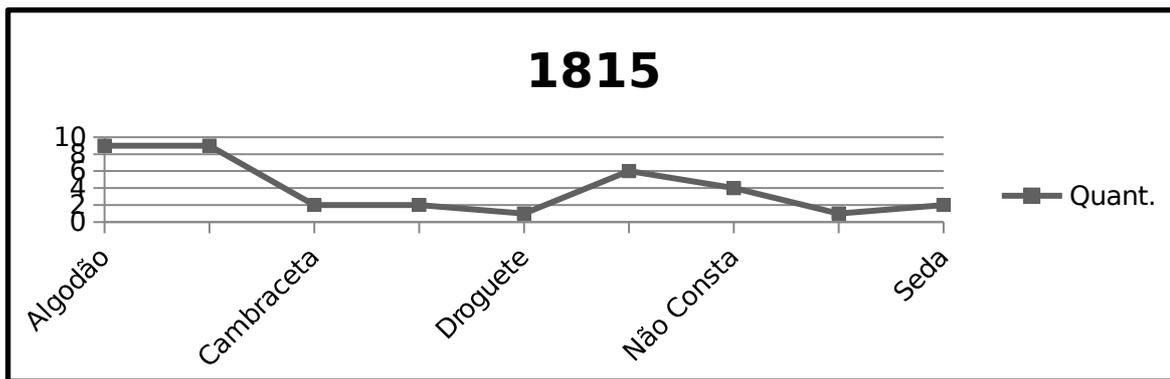
Anexo 1: Proporção quantidade de tipos têxteis por ano nos inventários post-mortem











Anexo 2: Proporção quantidade de formas têxteis por ano nos inventários post-mortem

